



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RICARDO FAGNER SOUZA DA SILVA

**CATADORES DE RECICLÁVEIS: PROCESSOS DE IDENTIDADE,
INVISIBILIDADE E EXCLUSÃO EM DOURADOS - MS**

**Dourados-MS
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Ricardo Fagner Souza da Silva

**CATADORES DE RECICLÁVEIS: PROCESSOS DE IDENTIDADE
INVISIBILIDADE E EXCLUSÃO EM DOURADOS - MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bergamin Vieira

**Dourados-MS
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586c	<p>Silva, Ricardo Fagner Souza da. Catadores de recicláveis : processos de identidade, invisibilidade e exclusão em Dourados. / Ricardo Fagner Souza da Silva. – Dourados, MS : UFGD, 2015. 102f.</p> <p>Orientador: Alexandre Bergamin Vieira. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Invisibilidade. 2. Exclusão. 3. Catadores de recicláveis. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD – 337</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

TERMO DE APROVAÇÃO

RICARDO FAGNER SOUZA DA SILVA

**CATADORES DE RECICLÁVEIS: PROCESSOS DE IDENTIDADE,
INVISIBILIDADE E EXCLUSÃO EM DOURADOS – MS**

Dissertação Com Vista à Obtenção do Título de Mestre em Geografia

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bergamin Vieira_____

Examinador Prof. Dr. Marcelino de Andrade Gonçalves_____

Examinador Prof. Dr. Jones Dari Göettert_____

Dourados, ____ de _____ de 2015.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais. As pessoas que se foram, mas que continuam vivas em mim. As que aqui estão e as que ainda virão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força, entendimento e paciência para chegar até aqui.

Aos meus pais, Antonio e Márcia, pela preocupação, apoio, incentivos e cobranças por melhores resultados, sem eles não teria conseguido. Minha fonte de inspiração.

Agradeço a meu irmão Lucas, por também ter me ajudado nessa caminhada mandando eu ir estudar e por ter me ouvido várias vezes já me achando seu professor, o que de fato ocorreu durante um tempo na escola.

Agradeço minha noiva Nathália por ter todo carinho, compreensão, sendo minha grande incentivadora e meu amor.

Agradeço meu amigo e cunhado Guilherme, por ter me ajudado, e muito, nos momentos de dificuldades. Sua ajuda foi fundamental. Sou muito grato por isso.

Agradeço a todos os meus amigos, em especial aos que fizeram parte da minha trajetória na universidade na época de graduação e que continuam me incentivando: Nicelene, Bruna, Douglas, Henrique, Paula, entre outros. Em especial também a meu amigo Wellington pelas discussões e contribuições sobre o assunto.

Agradeço aos meus tios, tias, primas, primos, avó, avô, sendo também uma homenagem aos meus parentes que já se foram: meu primo Deivid e minha avó Maria, mas que continuam vivos no meu coração.

Agradeço também em especial ao meu tio Luiz, pois em vida sempre se mostrou preocupado e me citou sempre em suas orações, a quem dedico carinhosamente esse trabalho.

Ao meu orientador Alexandre Bergamin Vieira, por ter tido muita paciência e pela confiança depositada em mim desde o início do mestrado.

A todos os professores com quem trabalhei desde o ensino básico até a pós-graduação, pelos conhecimentos transmitidos.

Agradeço a UFGD pela oportunidade de ser um de seus alunos e aproveitar de seus benefícios como o PIBIC, que ajudou a me manter na instituição. E pela oportunidade de adentrar ao PPGG.

Por fim, agradeço grandemente aos catadores de materiais recicláveis da AGECOLD e aos autônomos, pois sem eles o trabalho não teria sentido.

A todos, muito Obrigado!

As únicas relações que importam são as relações de amor (Inspirado em John Nash, 1994).

RESUMO

A compreensão da (in)visibilidade e da exclusão junto ao processo de formação da identificação ou identidade dos catadores de materiais recicláveis em Dourados-MS foi o objetivo central desse trabalho. Isto nos ajuda, também, na construção/compreensão da forma com que esse tipo de trabalho está (des)organizado. Buscamos, dessa forma, compreender que o trabalho desempenhado pelos catadores é contraditoriamente percebido pela sociedade, pois ao mesmo tempo em que é marca central da política de reciclagem, sendo o sujeito principal para o desenvolvimento da atividade, ele é o que menos aparece. Sendo excluído da possibilidade de inclusão no mercado de trabalho formal, tendo sua identificação ligada à processos de estigmatização e invisibilidade pública.

Palavras-Chave: Invisibilidade, exclusão, catadores de recicláveis

ABSTRACT

Comprehending the effects and causes that contribute to a state of social invisibility and marginalization regarding waste pickers was the study object of this dissertation, which also leads to a better understanding of how this work is currently disorganized, through a comprehensive analyzing of its main root causes. Thus, this dissertation seeks to fathom the reasons that induce the society to perceive the work done by waste pickers in a controversial manner. Despite the major role played by waste pickers in recycling programs and projects, they are never “seen” by the society, being excluded from the possibility of inclusion in the formal workplace and having their identity as a worker linked to stigmatization processes and public invisibility.

Keywords: Invisibility, exclusion, recyclabe pickers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – “Veículo do sem-teto” em Nova Iorque.....	32
Figura 2 – Catador empurrando seu carrinho com materiais recicláveis	32
Figura 3 – Barracão da AGECCOLD.....	75
Figura 4 – Materiais reciclados espalhados pelo chão.....	76
Figura 5 – Fardos de plástico e caixinhas longa vida.....	78
Figura 6 – Separação de papéis.....	78
Figura 7 – Máquina de prensagem dos materiais.....	79
Figura 8 – Fardos de papéis prensados.....	79
Figura 9 – Fardos de papelão prensados.....	80
Figura 10 – Material doado.....	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Trabalhadores da AGECCOLD – divisão por gênero.....	83
Gráfico 2 – Trabalhadores da AGECCOLD - faixa etária.....	84
Gráfico 3 – Origem dos catadores da AGECCOLD.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - de escolaridade dos membros da AGECCOLD, 2015.....	85
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – IDENTIDADE E TRABALHO DE CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	20
1.1. Identificação/diferenciação e representação social.....	31
1.2. O trabalho na catação de materiais recicláveis: a questão da informalidade	40
CAPÍTULO II - A VISIBILIDADE/INVISIBILIDADE E A EXCLUSÃO DO TRABALHADORES NA CATAÇÃO EM DOURADOS.....	52
2.1. Como está organizada a Coleta Seletiva, a AGECOLD e a situação dos catadores de materiais recicláveis em Dourados.....	69
2.2. AGECOLD (Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados)	73
2.3. Os catadores de materiais recicláveis da Agecold.....	80
2.3.1 Catadores autônomos.....	88
2.3.2 Catador 1.....	88
2.3.3 Catador 2.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
ANEXOS.....	102

INTRODUÇÃO

A análise e compreensão da (in) visibilidade e exclusão junto ao processo de identificação dos catadores de materiais recicláveis em Dourados-MS, foi o objetivo central desse trabalho, o que nos ajuda também na construção/compreensão da forma como esse trabalho está (des)organizado.

Buscamos compreender a situação dos trabalhadores que realizam o trabalho de catação, tarefa mais importante da cadeia produtiva da reciclagem, e, ao mesmo tempo em que é parte fundamental do processo, os catadores são vítimas de invisibilidade pública.

Pessoas que se encaixam na lógica do capital, pois, a necessidade do próprio sustento e/ou da família, faz com que aceitem trabalhar em uma das formas mais humilhantes e precárias que existem.

O trabalho de catação é tido como um dos mais humilhantes e indignos, sendo, portanto, desvalorizado, seja pela própria sociedade ou pelas empresas de materiais recicláveis, pois o que tem valor são as mercadorias recicláveis, culpabilizando os próprios catadores pela atividade que exercem, pois foram incapazes de se qualificar e de se inserirem formalmente no mercado de trabalho.

A descartabilidade gerada pelo consumo desenfreado daqueles que tem condições de consumir produtos, muitas vezes desnecessários, contraditoriamente, mantém vivo outros que muitas vezes não tem condições de consumir o mínimo necessário, seja pela coleta de material reciclável ou mesmo o consumo direto daquilo descartado por outros. A respeito disso, Gonçalves (2006, p. 22) diz:

O mundo hoje tem problemas com a geração dos resíduos descartados pelos que consomem e um outro maior: a fome dos que não tem acesso aos bens produzidos, contradição que encontra explicação na própria forma destrutiva de organização para produção sob o comando do capital.

Atentamos, portanto, para as contradições que essa “economia da reciclagem” nos traz, pois o discurso econômico, social e, principalmente, ambiental que envolve a questão, oculta relações e situações exploradoras, precárias e discriminatórias dos trabalhadores que sobrevivem desse trabalho que, sob o olhar de alguns estudiosos no assunto, como Marcelino Andrade Gonçalves (2006), têm sua importância econômica

(gera renda para o trabalhador), social (é inclusivo, principalmente quando reconhecido como trabalhador) e ambiental (preserva o meio ambiente, diminuindo a quantidade de resíduos descartados e reduzindo o consumo de matéria prima).

É justamente essa exploração que faz dessa atividade fonte de lucratividade. O trabalho do catador, em garimpar aquilo que pode ser reaproveitado, tem dois pesos: grande lucratividade para a empresa que processa e recicla o material e uma pequena e mísera remuneração para o catador.

A precarização do trabalho é fator determinante no lucro das empresas, pois a formalização dos trabalhadores, tendo todos seus direitos trabalhistas atendidos, não seria rentável a elas.

Falamos aqui dos catadores, mas poderíamos falar dos camelôs, domésticas, pedreiros e tantos outros que vivem na precariedade, mas são de suma importância para a sua construção, manutenção e reprodução. Afinal, todo trabalhador é importante na manutenção da sociedade capitalista enquanto estiver gerando lucro.

Através da catação e de tantos outros trabalhos de exploração o capitalismo demonstra os (des)limites da perversidade, pois mostra que seu objetivo de lucrar passa por cima de todas e quaisquer formas de exploração e de precarização.

Trabalhamos, então, com os catadores que empurram seus carrinhos pelas ruas em busca de materiais recicláveis e, também, com maior destaque, com os catadores da Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados (AGECOLD), sendo suas fontes de renda retirada daquilo que os outros descartam. O lixo, para a maioria é inútil, se transforma em condição de ganhar dinheiro para os que vivem da catação.

Delimitamos, como recorte espacial de análise, Dourados, uma cidade média, cuja economia é baseada na agricultura comercial capitalista, basicamente com a produção de soja, milho e cana-de-açúcar, e que apresenta um comércio dinâmico, empregando parte da população e que apresenta-se, tanto nos discursos oficiais das prefeituras, como nas pesquisas realizadas por alguns pesquisadores¹ como espaços luminosos (SANTOS, 2001), inseridas seletivamente nos circuitos globalizados da economia flexível (VIEIRA, 2009).

Segundo Bernardelli, Calixto e Matushima (2010, p. 02), a respeito da cidade de Dourados:

¹ Referimo-nos, aqui, aos trabalhos desenvolvidos pela RECIME (Rede de Pesquisadores sobre cidades médias).

Considerando os múltiplos e complexos papéis desempenhados pela cidade de Dourados no contexto regional de Mato Grosso do Sul, podemos considerá-la uma cidade média. É inegável a influência exercida por Dourados como polo de atração na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, particularmente nos setores de saúde, educação, serviços, comércio e trabalho.

Contudo, vê-se um grande número de trabalhadores que não estão inseridos nessa lógica, que somente é sustentada pela existência destes mesmos trabalhadores precarizados, estigmatizados e humilhados, sendo culpabilizados pela situação na qual se encontram, pois habitam em “ilhas de prosperidade” num mar de “exclusão social no qual se caracteriza o território brasileiro” (CAMPOS et al., 2005).

Apesar de ter toda essa importância, visibilidade e inserção no cenário regional, vemos pessoas que não estão trabalhando no que a cidade oferece como: em hospitais, universidades, escolas, comércios etc. Pois não conseguiram atingir o mínimo necessário para estarem integrados no mercado de trabalho formal, desempenhando uma função aceita socialmente.

Falamos em aceitação social em aproximação a Bourdieu (1983), quando apontava em poder simbólico que produz e confirma significados, pois o trabalho na catação, por ser um trabalho subalterno, mas importante na atualidade, quando é notado há sempre discriminação.

As relações da/na cidade fazem com que haja rupturas com aqueles que não lhes servem para determinadas atividades, mas que, de alguma forma, podem e devem ser inseridos em outras, quase sempre precárias e necessárias, na perspectiva apontada por Martins (1997) de inclusão precária.

O atual mundo “moderno” continua classista e excludente. Pessoas são tidas como objetos que num momento servem e em outro não. O indivíduo é visto, principalmente, apenas enquanto consumidor, não enquanto cidadão (SANTOS, 2012).² Vivemos a cultura do consumo, criando e recriando identidades (CANTÓIA, 2011).

Pessoas são consumidas como mercadorias pelo mercado de trabalho, aquelas que apresentam “defeitos” funcionais são descartadas, submetendo-se aos tipos de trabalhos mais degradantes, desvalorizados e discriminado.

² O trabalhador catador de recicláveis, quando reconhecido como trabalhador vinculado à cooperativa, tem seu crediário aprovado no comércio. Ou seja, antes de qualquer coisa, ele pode ser reconhecido enquanto consumidor.

O problema da falta de empregabilidade atualmente, causado pelas condições do mercado de trabalho, que está cada vez mais exigente e competitivo, acarreta na busca por trabalhos informais, o que aumenta as chances de uma baixa remuneração e de precarização.

Muitas pessoas vivem do trabalho informal, mas nosso foco será nos catadores de materiais recicláveis em Dourados, pois entendemos que, por realizarem um trabalho subalterno, “dispensável” ou desprezível para grande parte da sociedade, são excluídos vítimas de invisibilidade pública, nas perspectivas apontadas por Costa (2004).

A perspectiva desta pesquisa é compreender as relações que ocorrem no trabalho de catação de materiais recicláveis, em que o sujeito principal é o catador, numa busca de entender os processos de construção de identidades e de (in)visibilidades que esse trabalho constrói nos indivíduos nele inseridos.

Pois os catadores em Dourados e mesmo em outras realidades, conforme demonstra o trabalho de Gonçalves (2006), estão presentes somente em suas formas físicas, reconhecidos pela sua importância econômica (na perspectiva empresarial) ou ambiental (na preservação do meio ambiente), mas ocultos ou camuflados socialmente. Situações que entendemos como “invisibilidade” propiciada pelo trabalho “invisível” que desenvolvem.

Sujeitos que, ao mesmo tempo, em que estão na cidade não são notados por grande parte das pessoas que nela moram. É como estar fora dela, mesmo estando dentro. Pois não há o reconhecimento do trabalho realizado tendo em vista a remuneração. Ou seja, cria-se uma “fronteira”³ entre nós, a sociedade em geral, que não os quer ver, e eles, os catadores de recicláveis que, na maioria das vezes estigmatizados, também não querem ser vistos, reproduzindo em si próprios os discursos excludentes da sociedade, reforçando uma exclusão subjetiva e ideológica, conforme afirmam Viera et. al (2010).

Por trás do trabalhador existe a pessoa que, junto com o trabalho, acaba sendo vítima do processo de invisibilização. Portanto, o trabalho na catação produz o invisível. O trabalho desempenhado e a pessoa que o realiza são vítimas dos mesmos processos de invisibilidade e exclusão social.

³Fronteira entre aspas, pois entendida aqui apenas enquanto limite e barreira, diferente das concepções de fronteiras discutidas nas disciplinas “Tópicos especiais em Geografia” e “Fronteira, Território e Migração” ministradas no PPGG da UFGD no ano de 2013.

Falamos, portanto, de excluídos. E podemos afirmar que os catadores fazem parte desse grupo, pois foram descartados do mercado de trabalho e desempenham um trabalho discriminado pela sociedade. Segundo Nascimento (1994, p. 43):

O excluído moderno é um grupo social economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador podendo ser fisicamente eliminado. Esse último aspecto funda a nova exclusão social.

Pessoas que são desnecessárias ao mercado de trabalho formal, mas que, na informalidade, que envolve o trabalho de catação, surgem como necessárias para o funcionamento do sistema, que passa a comandar as relações de trabalho. Uma atividade importante para a sociedade, mas que foi apropriada ao sistema capitalista que utiliza do discurso de “amigo da natureza” para obtenção de lucro.

Para isso, dispõem de mão de obra barata de trabalhadores com dificuldades em conseguir algo para trabalhar. Propaga-se, então, a geração de emprego e comprometimento com o meio ambiente quando, na verdade, temos oculto o processo que gera o desemprego e a destruição do meio ambiente.

Indubitavelmente, há os inegáveis ganhos ambientais para a sociedade através do trabalho dos catadores, no entanto, o trabalhador catador, ao se inserir neste ramo, busca as possibilidades mínimas de garantir sua sobrevivência (MEDEIROS e MACÊDO, 2006).

Portanto, sabemos que mesmo que não haja uma preocupação ambiental, há ganhos com o processo da reciclagem, sendo que o objetivo principal dessa atividade está nos ganhos econômicos. Não podemos, contudo, deixar de frisar as relações que cercam esse processo, principalmente, àquelas que afetam diretamente as pessoas que sobrevivem da catação dos materiais recicláveis.

Discutiremos o trabalho de catação ligado à identificação/diferenciação dos catadores, pensando elementos que os identificam/diferenciam enquanto pessoas que vivem do que a sociedade descarta.

A descartabilidade, que está presente na vida dessas pessoas, pois foram vítimas do descarte do mercado de trabalho, cada vez mais exigente e selecionador, que necessita de menor número de pessoas para assegurar a reprodução ampliada da sociedade (NASCIMENTO, 1994).

Falamos, portanto, de descartados, excluídos e, a partir desse processo, vítimas de invisibilidade pública, tema central do trabalho que propomos discutir aqui. Sendo uma problemática social que provém da discriminação de pessoas.

Os visíveis, para o mercado e para o meio-ambiente, que são tornados invisíveis, para a sociedade, e que através dela, a invisibilidade, nos chama a atenção para aprendermos com eles, que sentem na pele, o não olhar ou o olhar discriminatório das pessoas. Sendo um problema social de desvalorização, estigmatização e exclusão do outro, do trabalho e da sua posição social perante a sociedade.

A (in)visibilidade como sintoma de exclusão, de não ser notado, discriminado, desprezado, mal visto, estranhado, indiferente, preconceitos. Problemas graves que estão cristalizados no imaginário das pessoas que se julgam superiores às outras.

Problema criado através da desvalorização do trabalho de catação, que também está relacionado a vários outros problemas, tanto jurídico como a própria relação de trabalho que não se desenvolve nas melhores condições de trabalho.

Sendo algo que requer atenção do poder público, na criação de medidas que devolvam a essas pessoas a condição de cidadãos, com políticas que combatam a precarização do trabalhador e do trabalho, fazendo com que tenham condições de lutar por trabalhos dignos.

Um trabalho visível – a questão da reciclagem – mantido por pessoas invisíveis, que circulam pela cidade recolhendo o que ela própria descarta. Embora os catadores realizem o trabalho de catação, o reconhecimento se dá às empresas que trabalham no ramo da reciclagem.

Sempre ouvimos os discursos de que o Brasil é grande reciclador de materiais, principalmente o alumínio, que gera mais lucro, aparecendo muitas vezes o nome da indústria e do empresário “herói” da reciclagem, comprometido com o meio ambiente.

Discurso que pode ser notado no site da Latasa Reciclagem, nesse ano, (<http://www.latasa.ind.br/pt/>), pertencente ao grupo Recicla BR, gestora de uma gama de indústria do ramo de reciclagem, presente em 13 estados atendendo todas as regiões do país. Apresenta o país como líder mundial em reciclagem de alumínio desde 2001 colocando a empresa com grande importância na conquista e ressaltando sua importância na conservação ambiental.

Contudo, a fonte de lucro – a exploração dos catadores - do processo de reciclagem está oculto das lentes e das informações transmitidas para a população. Os

catadores, que possibilitam o acontecer do processo e garantem ainda mais o enriquecimento dos empresários, pelo trabalho não pago.

Para uma melhor compreensão de como foi desenvolvida a pesquisa, faremos uma breve apresentação de como fizemos as entrevistas e a forma como a dissertação está estruturada.

O trabalho se deu através de entrevistas na Financial, empresa responsável pela coleta seletiva em Dourados, e na AGEKOLD (Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados), através da aplicação de questionários com cada um dos 12 trabalhadores, onde os associados trabalham na separação dos materiais coletados pela empresa supra citada, e com dois catadores de materiais recicláveis autônomos, que coletam o material reciclável na rua. Algumas conversas foram gravadas com o auxílio de um gravador de voz e em outros momentos, principalmente com os catadores o gravador não se fez necessário, pois causava constrangimento a eles.

Conversas que se fazem presentes em minha memória, as expressões que aconteciam conforme íamos narrando as histórias, os sorrisos, as tristezas, as falas sobre as dificuldades da vida, mas também a simplicidade com que a vida é encarada mesmo não estando em totais condições financeiras de usufruir do que a cidade oferece.

A dissertação está organizada em dois capítulos. No primeiro, dialogamos com alguns autores como: Stuart Hall (1999), Bauman (2009), Silva (2014), Haesbaert (1999) e Woodward (2014), que contribuíram para a discussão sobre os processos de construção/desconstrução/reconstrução de identidades.

Gonçalves (2006), Rodrigues e Thomaz Jr. (2005) foram os pilares para a discussão sobre informalidade e precariedade no trabalho de catação de materiais recicláveis. Sobre as representações sociais utilizamos Moscovici (2010), Arruda (2002), Goettert (2002), Jodelet (1993) e Goffman (2004) que, mesmo sendo um campo da psicologia social, acreditamos que quando analisamos processos de identificação/diferenciação há uma interligação de saberes.

No segundo capítulo, no qual retrataremos a exclusão social e a invisibilidade dos catadores, buscamos a discussão teórica em Vieira (2005 e 2010), Sawaia (2001), Fanon (1952), Miura (2004) e Nascimento (1994), dentre outros. Sobre a invisibilidade, temos como referência principal, Costa (2002 e 2004), autor que inspirou a temática da dissertação.

A discussão continua com Scotson e Elias (2010), a partir dos quais tentamos transportar o conceito de estabelecidos e outsiders utilizado em outro contexto, uma sociedade inglesa, para a nossa realidade.

Terminamos o capítulo apresentando como vemos o trabalho de catação e como os catadores estão (des)organizados na sociedade. A forma como agem, pensam, trabalham, vivem. Suas limitações, seus sonhos. Analisamos, ainda, a política de coleta seletiva e a Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados, que participam do mesmo processo de invisibilidade que os catadores.

CAPÍTULO I – IDENTIDADE E TRABALHO DE CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Discutir identidade é tarefa difícil e complexa, pois no processo de sua construção estão envoltas inúmeras questões internas e externas ao sujeito, ou seja, elementos objetivos e subjetivos. Questões como: raça, sexo, gênero, política, economia, cultura, social, inconsciência, sentimentos, narrativas, pertencimentos (identidade nacional e regional), etc. (re)moldam constantemente as identidades.

Neste caso, iremos trabalhar com a construção de identidade política, social e pessoal, formada através do trabalho de catação de materiais recicláveis desenvolvido por catadores em Dourados. Pois, o trabalho é uma das formas que ajuda a definir o que somos, e o tipo de trabalho como também a falta dele, nos diz se somos incluídos ou excluídos na sociedade.

Com isso, partimos do pressuposto da identidade como algo construído historicamente, sendo mutável, sujeita às mudanças na convivência e troca de experiência com outras identidades, que cada pessoa é moldada de forma diferente no processo de identificação/diferenciação, mesmo que o sujeito tenha um enraizamento, pertencimento a algum lugar.

Segundo Hall (2014, p. 12):

[A identidade] É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

Não há uma identidade fixa, que não sofrerá mudanças, pois ela é construída historicamente em diferentes momentos e em diferentes lugares. Essa identidade também é construída, segundo Hall (2003), através da cultura, essa pode ser local, mas, com os processos globalizantes, não é tão fácil dizer de onde se originam. Pois a cultura também pode ser metamorfoseada com o passar do tempo, em que sujeitos, ao migrarem, também levam parte de sua cultura disseminando-a em outros territórios dificultando o saber de suas origens (HAESBAERT, 1999).

Silva (2014, p. 96), ao falar sobre a identidade, aponta que:

Primeiramente, a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

Ela – a identidade - se encaixa na liquidez em que Bauman (2009), analisando a sociedade, em seu livro “Vida líquida”, aponta que não há uma consolidação, está sempre sendo levada adiante. Pois segundo o autor vivemos uma sociedade “líquido moderna”, sendo essa:

Uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir. A liquidez da vida e da sociedade se alimentam e se revigoram mutuamente. A vida líquida, assim como a sociedade líquido-moderna, não pode manter ou permanecer por muito tempo (BAUMAN, 2009, p.7).

Sendo assim, analisamos a identidade como algo dinâmico, que está a todo o momento sendo moldada, pois, segundo Hall (2014), permanece sempre incompleta, está sempre em “processo”, sempre “sendo formada”.

Hall (2014, p. 24) continua salientando que:

A identidade surge não tanto pela plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros.

Sendo, portanto, formada a partir das relações exteriores, das nossas imaginações, como preenchimento das inteirezas. Podemos afirmar, segundo Hall (2014), que é a construção do “eu” no “olhar” do “outro”. Sendo sempre uma identificação/diferenciação, pois a sua construção se dá pela alteridade do outro. O autor diz que sabemos quem somos em relação com o outro. Dessa forma, o processo de construção da identidade ocorre também através de imaginários de como nos

imaginamos, como imaginamos o outro e como achamos que o “outro” imagina o “eu” (SILVA, 2014).

Nesse sentido, Haesbaert (1999) salienta que “toda identidade só se define em relação às outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas”. Ocorrendo de forma coletiva, mas que em cada sujeito se dá de forma diferente, sendo uma identificação/diferenciação, mesmo que o sujeito tenha um pertencimento, enraizamento, em algum lugar. Ela está constantemente sendo perturbada pela diferença (Hall, 2014).

Segundo Woodward (2014) a identidade é relacional, pois ela depende de algo de fora dela – de outra identidade – se distingue por aquilo que ela não é. Entende, assim como Hall, que é marcada pela diferença. E também por meio de símbolos, pois, segundo ele, existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que ela usa.

Ainda, segundo o autor, ela é marcada por representações, significações e sistemas simbólicos, quando aponta que:

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e aquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível àquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (WOODWARD, 2014, p.18).

Desse modo, todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído (WOODWARD, 2014). Ou pensarmos, também, conforme Santos (2012), no cidadão e no não cidadão.

Woodward (2014) diz que estamos, a todo instante, vivenciando diferentes identidades, pelo contato com diferentes pessoas, em diversas ocasiões, seja em um jogo de futebol, em uma festa, na reunião de pais. E nos posicionamos e somos posicionados de acordo com os “campos sociais” nos quais estamos atuando. Nesse sentido a identidade está sempre em negociação.

Nesse sentido, o sujeito que nasce historicamente pré-determinado a ser algo pode, através de vivências e experiências com outros, ter a identidade sempre em renegociação, pois, é no contato com o diferente que se dá negociações, estas podem se dar por meio de lutas. Segundo Woodward (2014, p. 39):

Os processos históricos que, aparentemente, sustentavam a fixação de certas identidades estão entrando em colapso e novas identidades estão sendo forjadas, muitas vezes por meio da luta e da contestação política.

Desse modo, as novas identidades não são construídas através da identificação, mas, sim, através das diferenciações que levam a questionamentos e posicionamentos que influenciam as maneiras de ser, pensar e agir na sociedade. Segundo o autor, a marcação da diferença é crucial no processo de construção das posições de identidade.

Para Silva (2014, p.76), identidade e diferença são dependentes uma da outra, sendo inseparáveis. Ainda aponta que:

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais.

Sobre as diferenças, Goettert (2002, p.104) salienta:

Foi sobre *diferenças* que representações depreciativas, preconceituosas e discriminatórias foram construídas. Foi sobre *diferenças* que ideias, valores, concepções, práticas e projetos foram erigidos em nome da ordem, do progresso e do bem-estar para “todos”. Foi sobre *diferenças* que as classes dominantes mantiveram o poder da construção de representações sobre o “outro”. Foi sobre *diferenças* que parcela dos dominados foram representados como vadios, preguiçosos, pouco afeitos ao trabalho, indolentes, perigosos e inúteis, dos “desclassificados sociais” aos “economicamente desnecessários”.

A partir dessa afirmação, compreendemos que a identidade e a diferença podem ser construídas negativamente ou positivamente, de acordo com as representações sociais. Negativamente, quando se dá por meio da exclusão, da desclassificação e/ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” (nesse caso os catadores de materiais recicláveis, por exemplo) e, positivamente, quando celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora.

Pensando de acordo com Silva (2014, p.81):

Há uma disputa na sociedade por identidades, pois está em jogo recursos simbólicos e materiais, uma vez que, a identidade e a diferença não são definidas, mas sim impostas. Não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas.

Sabemos que toda disputa traz consigo relações de poder. Nesse caso, o poder capaz de definir identidades e revelar a diferença. Poder de incluir/excluir, demarcar fronteiras, classificar, normatizar (SILVA, 2014, p. 81).

A partir desse poder de conquista de identidade pelo grupo “vencedor” que terá privilégio ao acesso aos bens sociais, os grupos da diferença serão os excluídos, marginais, “invisíveis”. O autor salienta que, se um diz “o que somos”, o outro diz “o que não somos”.

Nesse caso, dizer o que o somos implica em dizer o que o outro não é. Nós e eles envolvidos por relações de poder simbólico, cultural, moral, econômico, social, espacial e político. Em que a falta desses poderes tornam pessoas excluídas da sociedade. Silva (2014, p.82), a respeito disso, salienta:

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”.

As identificação/diferenciação, a inclusão/exclusão, o bom/mau, o de dentro/fora, só adquirem sentido através da representação. Representar é dizer o que é isso e o que é aquilo. A questão, como diz Silva (2014), é ter o poder de representar, no caso da identidade de definir e determiná-la.

Assim como a identidade, a representação também é mutável ao longo dos tempos. Mas ela pode criar ideias e concepções, encaradas como verdades inquestionáveis por ideologias dominantes. A respeito disso Goettert (2002, p. 194) aponta:

As representações, enquanto componentes estruturais da ideologia dominante participam organicamente dos mecanismos de construção e reconstrução de concepções e práticas que sustentam os projetos dos dominadores. [...] Como parte da realidade e inseparável dela, as representações articulam-se no todo social para justificar projetos e aliciar possíveis sujeitos dissonantes dos interesses hegemônicos.

Cria-se, com isso, afirmações de algumas identidades e, nesse mesmo processo, são criadas diferenças. Daí surgem as superioridades e as inferioridades do branco em relação ao negro e ao índio, do rico em relação ao pobre, do ocidente ao oriente, do trabalhador e do não trabalhador (GOETTERT, 2002).

Bauman (2005, p.19) nos ajuda a pensar sobre a questão das representações que soam como imposições para algum tipo de definição identitária. Salienta que:

As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente.

Ter o poder de escolher a identidade é algo que não está ao alcance de todos. Tem aqueles que, segundo o autor, constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos a própria vontade. E aqueles que foram excluídos do espaço social, em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas e, segundo o autor, que:

[...] tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar suas preferências e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não tem permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam... (BAUMAN, 2005, p.42)

Chegar a uma condição de estereotipado, humilhado, desumanizado, estigmatizado é uma questão preocupante, de um caminho quase sem volta, gerando um processo de receio e silenciamento, podendo chegar, segundo o autor, a algo ainda pior, quando aponta que:

Há um espaço ainda mais abjeto – um espaço abaixo do fundo. Nele caem (ou melhor, são empurradas) as pessoas que têm negado o direito de reivindicar uma identidade distinta da classificação atribuída e imposta. Pessoas cuja súplica não será aceita e cujos protestos não serão ouvidos, ainda que pleiteiem a anulação de veredicto. (BAUMAN, 2005, p. 45)

Essa condição de impotência, que permeia as pessoas que são privadas de reivindicar melhorias nas condições de vida, se dá através da falta de uma identidade aceitável socialmente, acarretando na “perda” da voz que, por mais receosa que esteja, tem o desejo de ser ouvida e atendida. Segundo Costa (2004, p.102):

Se homem não aparece como alguém que age e fala, reconhece o mundo, reflete e opina acerca dele, deixou de aparecer como cidadão. A desqualificação do poder de interpelarmo-nos uns aos outros, sem o recurso à força, obriga sem êxito a esperar ainda da força, do cargo, o que nem força nem cargo podem prover.

O que está em jogo é a questão que Hall (2014, p.109) define bem salientando:

[...] tem a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”.

O tornar-se algo diferente do que somos, tendo a liberdade de fala e, posteriormente, de escolha, é o que Bauman (2005) diz que não está ao alcance de todos. Pois, o simples fato de querer não é o suficiente, na medida em que, já fomos afetados por representações e, a partir disso, nos representamos. Tornar é transformar-se naquilo que no momento não somos, mas, de acordo com autor, nem todos se tornam aquilo que querem ser.

Bauman (2005, p.47) nos atenta, ainda, para o destino dessas pessoas ao dizer que:

A longo prazo, contudo, tornou-se evidente que a dimensão mais espetacular, e talvez ainda mais influente, da expansão do Ocidente em escala mundial foi a lenta, mas implacável globalização da produção de lixo humano, ou, para ser mais preciso, “pessoas rejeitadas” – pessoas não mais necessárias ao perfeito funcionamento do ciclo econômico e, portanto, de acomodação impossível numa estrutura social compatível com a economia capitalista.

A privação de não poder vir-a-ser o que se deseja, enquanto força de trabalho para o mercado, leva a rejeição de pessoas que não são mais necessárias ao capitalismo na formalidade, pois essas identidades “rejeitadas” são exploradas na informalidade (GONÇALVES, 2006).

Com isso podemos pensar em identidades superiores, que são escolhidas e tidas como objeto de desejo pelas pessoas e, identidades subalternas, sendo aquelas impostas, símbolos de diferença pesando pelo lado da negatividade das representações do sistema dominante. De acordo com Hall (2014, p.109):

Elas [as identidades] emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional.

Portanto, produto de negociação comandada por relações de poder. Poder de identificar e diferenciar e que, como processo final da negociação, poder também de excluir. Identidade subalterna, pessoa subalterna, sempre em processos de construção. Pois a subalternidade é uma representação que pode mudar com o passar do tempo e o que atualmente é desprezado pode não ser em outro momento (SILVA, 2014).

Isso pode ser fruto da vida líquida de que Bauman tanto defende, pois ela alimenta a insatisfação do eu consigo mesmo. A vida líquida significa constante autoexame, autocrítica e autocensura (BAUMAN, 2009). Segundo ele:

A crítica é autorreferente e voltada para dentro. E também o é a reforma que essa autocrítica exige e estimula. É em nome dessa reforma que olha e se dirige para dentro que o mundo exterior é depredado, saqueado e devastado. A vida líquida dota o mundo exterior – na verdade, tudo no mundo que não é parte do “eu” – de uma valor basicamente instrumental. (BAUMAN, 2009, p.19)

Essa insatisfação que gera cobranças do eu consigo mesmo molda tanto o interior do sujeito como elementos exteriores a ele, pois há uma questão importante a ser tratada que é a individualidade. É através de desejos individuais em ser e, principalmente, ter coisas sempre melhores, que o mundo exterior é depredado, saqueado e devastado até chegar a ser descartado (BAUMAN, 2009).

Essa questão está ligada ao poder de escolha do ser. Quando se pode decidir o que se tem e o que não se quer ter é dada a liberdade também de decidir o que o sujeito quer ser e o que ele não quer. A partir disso Bauman (2009, p.41) aponta:

Sobre as identidades, as classes instruídas, que atualmente também constituem o cerne articulado e autorreflexivo da emergente elite

extraterritorial global, tendem a se tornar românticas. Seus membros se ocupam compondo, decompondo e recompondo suas identidades...

Portanto os sujeitos das classes instruídas, que o autor denomina como capazes e dotados de poder de des-re-composição de identidade, são diferentes dos sujeitos que o mesmo classifica como pertencentes a “subclasse global”. Que segundo ele:

Podemos pensar na “subclasse global” como o resíduo que cai de uma solução saturada de substâncias solúveis, da qual é apenas a condensação sólida. Essa solução é a “sociedade individualizada” a que todos nós pertencemos (BAUMAN, 2009, p.35).

Como membros desse grupo estão fadados ao não poder de escolha do que ser e/ou se tornar, os obstáculos estão em quase tudo o que buscam como melhoria, pois as condições sociais, econômicas, políticas, morais em que o sujeito se encontra o excluem de qualquer chance de lutar por algo melhor.

Por esse motivo, Bauman (2009, p.44) defende a ideia de que “o caminho que leva a identidade é uma batalha em curso e uma luta interminável entre o desejo de liberdade e a necessidade de segurança”. Continua salientando:

A identidade luta para abraçar as coisas “sem as quais não se pode estar nem ser visto” hoje, embora totalmente inconsciente de que, muito provavelmente, estas se transformarão em coisas “com as quais não se pode estar nem ser visto” amanhã. (BAUMAN, 2009, p. 47).

Pois sabemos que ela está sempre em processo de transformação. A mudança faz parte da sociedade. E ela está a todo o instante querendo provar que é capaz de tais mudanças. O sujeito está envolvido nesse processo de mudança enquanto trabalhador que hoje serve para o mercado e que amanhã poderá ser descartado.

Nesse caso, o sujeito teria que substituir sua identidade, que no momento representa um sujeito descartado, por uma que o mercado de trabalho estivesse necessitando no momento. Mas sabemos que não é assim que funciona, a escolha por uma identidade inclusiva encontra a fronteira da exclusão (BAUMAN, 2009).

Goffman (2004, p.8) diz que:

Fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar

a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social.

Goffman utiliza o discurso para falar sobre deficiências físicas e mentais, mas fala de representações, que pode ser trazido também para nosso estudo, sobre a forma que os catadores são representados, sendo identificados como pessoas inferiores

Atentamos também para a discussão sobre a construção da identidade territorial do sujeito, pois todas as relações identitárias se dão sobre e através do território. Uma parcela significativa dos nossos entrevistados migrou-se para Dourados por questões econômicas. Portanto, foi constituído através de identidades territoriais outras e está sendo moldado cotidianamente em outro território.

O migrar para outro lugar que não seja o seu traz a imaginação de uma hegemonia do “outro” como uma prática discursiva que mesmo “estando fora” tem que comportar-se como que se estivesse “dentro”, ocorrendo processos socioterritoriais, que segundo Haesbaert (1999), “a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do ou transpassa o território”.

O ato de migrar acaba por originar um desenraizamento, uma vez que o migrante deixa de reconhecer a paisagem de sua terra natal, bem como hábitos e códigos aí estabelecidos – alimentares, culturais, religiosos – o sentido de sua própria existência fica desarranjado. No deslocamento de um lugar para outro tem que coisas impossíveis de serem levadas (HAESBAERT, 2010).

Não podemos pensar esse ato de migração⁴ como processo de desterritorialização (HAESBAERT, 2010), pois o homem não pode viver sem território. “*Não existe homem sem chão e sociedade sem território*”.

Embora no caso do catador, mas também daqueles que adentram outro território que não o seu de origem, entendemos que ao chegar a outro território, no caso Dourados, em que há uma apropriação simbólico/cultural do território, nesse momento, há desterritorialização e ao mesmo tempo reterritorialização no qual será formada uma nova territorialidade em outra base seja essa material ou imaterial (desterritorialização psicológica), insistimos, portanto no processo de construção, desconstrução e

⁴ A discussão sobre identidade territorial e migração aparece apenas para lembrarmos dos catadores que tivemos contato em trabalho de campo, porém, não é nosso objetivo discuti-los com profundidade.

reconstrução de identidade e também territorialidade. O território para Haesbaert (2010) é tido como referência para a construção de identidades.

Pessoas essas que saem de outros lugares com o intuito de uma vida melhor financeiramente e socialmente, mas que chegam num território desconhecido e não encontram emprego, onde uma das formas de possuir uma renda é catando materiais recicláveis. Podemos dizer que são sujeitos “invisíveis” para a sociedade (COSTA, 2002) que no cotidiano, assim como garis, prostitutas, sapateiros, pedreiros, domésticas, happers, passam despercebidos pelas pessoas. Podemos pensar através desses constrangimentos, experiências ruins, invisibilidades presentes, tudo isso como formas também, de reconstrução de identidade que vão se metamorfoseando com a história de cada um.

O território do “outro” passa a dificultar as coisas quando parece que não somos aceitos. A cidade – pela forma que está dividida e desmembrada – evidencia quem foi posto para fora. A cidade que não acolhe, a cidade que segrega, é habitada por gente tornada coisa, que necessita reprimir o que sente que vê e finge que não vê, que dissimula. Toda sociedade tem o seu “outro” que são os imigrantes, pois nenhuma sociedade é homogênea e sim híbrida, onde a própria sociedade cria a própria fronteira em que o “outro” é sempre visto como sendo inferior. A respeito disso Castoriadis (2000, apud Silva 2010, p. 11) salienta:

[...] a fronteira é estabelecida a cada vez, construída, criada pela própria sociedade e que é essencialmente uma fronteira de sentido. Toda sociedade constitui seu mundo em geral, sendo ele um mundo de significações. É assim que ela dá sentido às coisas, aos fenômenos, que estabelece relações, constituindo por isso mesmo um mundo fechado, encerrado sobre si mesmo, que possui uma fronteira e em relação ao qual há sempre os “outros”.

A fronteira que um estabelece sobre as condições de vivência do “outro” em seu território acaba por formar identidades e moldar a identidade territorial de ambas às partes, onde o imigrante sempre será visto como inferior. Ele mesmo, o imigrante, passa a inferiorizar-se pelo fato de já o terem inferiorizado. Cada sujeito tem seus hábitos e com isso pode se sentir em liberdade mesmo que não estando totalmente livres, e são esses hábitos, junto com diversos fatores, que ajudarão a formar a identidade do indivíduo.

Com isso entendemos que o território, ao mesmo tempo em que, é produzido por relações, também é construtor de identidades em que o sujeito cria símbolos de

identificação com o local. Sendo elas marcadas por relações de poder que irão identificar/diferenciar sujeitos através das representações sociais, no caso dos catadores, sobre a forma como sobrevivem.

1.1. Identificação/diferenciação e representação social

Ser tratado como diferente em uma sociedade pode ser visto como algo positivo, mas também negativo. Positivo porque com a ideia de homogeneização do mundo – através da globalização - em que todos “devem” compartilhar os mesmos produtos, as mesmas ideias, as formas de viver, ser diferente é ser resistente a isso. Negativo quando a diferença gera discriminação, exclusão do sujeito de escolher a forma com qual se deseja viver.

Esse processo está ligado à identificação, sendo, esta, uma representação de elementos que tem o poder de definir o que cada pessoa é para a sociedade, mas, também, o que cada pessoa não é para ela. Isso sendo definido com a forma pela qual o sujeito trabalha para garantir sua sobrevivência. Sobre isso Moscovici (2010) salienta:

As representações nascem, não apenas como uma forma de entender um objeto particular, mas também como uma forma que o sujeito adquire competência de definição, uma função de identidade, que é uma das configurações de como as representações expressa um valor simbólico.

Arruda (2002) ressalta que a representação social não é uma cópia e nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade, é uma tradução, uma versão desta. Pensando assim, o sujeito principal que representa o catador, quando está nas ruas e passamos por ele, é o carrinho, sendo a primeira imagem que vem à mente quando pensamos no catador: aquele que perambula pela cidade, empurrando um carrinho ou puxando-o com uma bicicleta ou uma carroça de certa forma “limpando” as frentes das residências e comércios mesmo não sendo essa sua finalidade.

O carrinho é a segunda ferramenta principal de trabalho do catador, pois a primeira é o próprio corpo como força de trabalho. Smith (2000, p.134) sobre os “veículos” dos sem-teto em Nova Iorque na década de 1980 diz:

O “veículo do sem-teto” baseia-se na arquitetura vernacular do carrinho de supermercado e proporciona o espaço e os meios para facilitar algumas necessidades básicas: transportar, sentar, dormir,

abrigar-se e lavar-se. A mobilidade espacial é um problema central para as pessoas expulsas dos espaços privados do mercado imobiliário.



Fig. 1: “veículo do sem-teto” em Nova Iorque.

Fonte: <http://telesmundo-brasil.blogspot.com.br/2009/09/sem-teto-poliscar-wodiczko-ny.html>.

Diferentemente da estrutura desses “veículos” que Smith relata e a figura retrata, os carrinhos que os catadores empurram em Dourados têm funções parecidas, mesmo que não sirvam de moradia, quando ele diz que muitos sem-teto passaram a usar carrinhos de supermercado ou carros de lona dos correios para carregar suas coisas, e as latas e garrafas que podiam ser trocadas por um níquel.



Fig. 2: Catador empurrando seu carrinho com materiais recicláveis.

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Podemos notar que diferentemente do que Smith (2000) relata sobre a estrutura dos carrinhos em Nova Iorque, em Dourados a função deles é somente para transporte dos materiais recicláveis.

Smith (2000, p.137) continua salientando que:

Esses veículos abrem espaços novos de interação, mas não de forma aleatória. Ao contrário, ampliam o espaço urbano de atividade produtiva e reprodutiva, fraturam fronteiras anteriores de intercuro cotidiano e estabelecem novas fronteiras. Eles convertem espaços de exclusão no conhecido, no feito, no construído. Em suma, redefinem a escala da vida cotidiana para os sem-teto.

Desse modo, podemos pensar que o carrinho do catador, ao mesmo tempo em que o identifica como um sujeito excluído do mercado de trabalho formal, surge como alternativa de ingresso no trabalho.

Outro elemento que identifica/diferencia o catador é a roupa, a aparência cansada, o trabalho com o lixo cria discriminação por parte do restante da sociedade. Miura e Sawaia (2013, p. 331) salientam:

Os catadores continuam sendo discriminados, por diversos motivos, por causa de sua aparência suja, má vestida, por mexerem com o lixo, com aquilo que é descartado sem cuidado e geralmente identificado como imundície.

A discriminação também se mostra pela forma como estão vestidos, sendo elemento que ajuda na construção de identidade, definida pela forma com que nos vestimos. É uma forma de apresentarmos para a sociedade nossos gostos, características, estilo. Quando o catador se apresenta com as vestimentas sujas, o corpo sujo e suado, puxando ou empurrando um carrinho de materiais recicláveis, ele tem sua identidade definida como alguém que vive do “lixo”, incapaz de ter um trabalho melhor ou mais digno de aceitação social.

A respeito da vestimenta, Costa (2004) salienta que quando vestia o uniforme de cor vermelha para desempenhar o trabalho junto aos garis da USP, seus próprios amigos e professores que conviviam com ele diariamente em sala de aula e também fora dela, a partir daí não mais o reconheciam. Segundo ele:

A mesmice dos uniformes encontra eco no discurso, na atitude de cada sujeito, que, na verdade, deixa de sê-lo: veste e interpreta a roupagem

burocrática de sua ocupação, precisa tornar-se objeto. Fica, de fato, invisível. (COSTA, 2004, p.108)

Isso é fruto de uma construção que foi cristalizada na imaginação social e passa a ter significações, e que a partir delas, definem formas de interpretar as relações sociais criando fronteiras entre aceitações e preconceitos. E, usando o que seria aceito e o que seria tido como preconceito na sociedade, podemos utilizar a forma de trabalho como exemplo, nesse caso, o trabalho com aquilo que em termos não haveria mais utilidade, o que seria lixo.

Em síntese, as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros (MOSCOVICI, 2010). As representações sociais buscam entender como as pessoas compartilham o conhecimento e constituem sua realidade comum, sendo esse conhecimento fruto dum grupo específico de pessoas que se encontram em situações específicas (MOSCOVICI, 2010).

É uma construção realizada por grupos de pessoas com o poder de comunicação que, segundo Jodelet (1993), circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais.

Jodelet (1993, p. 1) diz que:

Sempre necessitamos saber o que temos a ver com o mundo que nos cerca. É necessário ajustar-se, conduzir-se, localizar-se física ou intelectualmente, identificar e resolver problemas que ele põe. Eis porquê construímos representações. E, da mesma forma que, ante as coisas, pessoas, eventos ou ideias, não somos equipados apenas com automatismos, igualmente não somos isolados em um vazio social: compartilhamos o mundo com outros, neles nos apoiamos — às vezes convergindo; outras, divergindo — para o compreender, o gerenciar ou o afrontar. Por isso as representações são sociais são tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatuí-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la.

Nesse sentido, notamos o poder que as mensagens e imagens, veiculadas na mídia, têm em formar discursos que acabam deteriorando e identificando os catadores e outros trabalhadores que atuam no mercado informal, subalterno, como pessoas

fracassadas que, por incapacidades, não conseguiram uma melhor sorte na vida. Quando na verdade sabemos que o problema é outro. Segundo Elias e Scotson (2000, p. 35):

O grupo estigmatizador é eximido de qualquer responsabilidade: não fomos nós, implica essa fantasia, que estigmatizamos essas pessoas e sim as forças que criaram o mundo – elas é que colocaram um sinal nelas, para marcá-las como inferiores ou ruins.

Essas visões, se analisarmos o fato de não serem notados, junto com o que se propaga diariamente, como sendo sempre exemplos a não serem seguidos, criam-se pensamentos discriminatórios. Diante disso, Arruda (2002, p. 130) salienta que as representações sociais se constituem em duas esferas:

No universo consensual em que se constitui principalmente na conversação informal, na vida cotidiana. E no universo reificado que se cristaliza no espaço científico, com seus cânones de linguagem e sua hierarquia interna.

Mesmo sendo diferentes, ambos são eficazes e importantes para a vida humana. No caso que ocorre na criação de identificações negativas não só com catadores, mas com garis, prostitutas, carroceiros, indígenas, etc; temos esse processo criado no universo consensual.

Jodelet (1993, p. 5) salienta:

Reconhece-se, geralmente, que as representações sociais, como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto à difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais.

Os autores Bauman (2005), Silva (2014), Jodelet (1993) e Arruda (2002), quando analisam identidades, processos de identificações e representações sociais possuem pensamentos semelhantes. Pois, assim como as identidades, as representações sociais a alguns grupos, principalmente subalternos, são formadas a partir do universo consensual que Arruda relata, mas também de relações de poder sobre quem pode determinar algo.

Segundo Goetttert (2002, p.103):

As representações, como surgidas magicamente sem autor e sem filiação, inserem-se no jogo das construções de concepções e práticas que se espraiam, de uma ou de outra forma, em toda sociedade. A partir destas mesmas representações são as mulheres e homens classificados, assumindo como centralidade o trabalho e, em decorrência, a classificação dos trabalhadores e dos não-trabalhadores, dos capazes e dos incapazes, dos esforçados e dos indolentes.

São essas identificações de incapazes, indolentes, marginais, vadios, excluídos que precisam ser ressignificadas pelos catadores junto à sociedade. A representação social sendo considerada como uma das dimensões da exclusão social é definida por Vieira (2005) por:

A forma como indivíduos ou grupos sociais sujeitos a situações de exclusão são vistos pela sociedade como um todo, ou seja, tais grupos são tidos como diferentes, desnecessários para uma parcela da população.

Nesse sentido, a luta no movimento nacional de catadores de materiais recicláveis é, conforme Cunha (2010):

[...] pela mudança de sua condição social, promover sua distinção como grupo legítimo e ressignificar os sentidos originais que lhe são conferidos pelos padrões dominantes do consumismo e das identidades estabelecidas.

Isso pode ser feito através da inserção em organizações que tem o poder de ressignificar a identidade social de um grupo que, segundo Cunha (2010), é construída:

[...] a partir da busca pelo reconhecimento da sociedade e pela redistribuição de injustiças econômicas (receitas) e culturais/simbólicas (preconceito), a partir de aspetos específicos, presentes em sua produção simbólica e em seu discurso.

Conquistar o reconhecimento social é uma forma de dar voz às pessoas que estão há muito tempo caladas, mais que isso, é dar a oportunidade de participarem da sociedade, a frequentar ambientes em que não serão barrados ou mal vistos. Cunha (2010, p. 57) diz que entre os catadores associados e os de rua existem diferenças:

O uniforme e o crachá que alguns passam a usar no trabalho exercem função fundamental. Atuam como senhas de integração ou inclusão, capazes de permitir ao catador associado o acesso aos ambientes típicos da sociedade de consumo – lojas e shoppings centers, transporte público, etc.

O uniforme e o crachá não são elementos que sirvam como identificação dos catadores em Dourados, pois a cidade só possui uma associação para melhor organizar esses trabalhadores. Falta essa, que dificulta a construção de uma identidade social e a busca por melhores formas de trabalho e visibilidade. Costa (2004, p.123) sobre a uniformização dos garis da USP salienta:

Naqueles trajes, os varredores, todos eles, aparecem como se estivessem uma só identidade: “Nem dá para saber quem é um, quem é outro”. Para “os outros”, não aparecem como pessoas. Aparece o uniforme. Desaparecem os homens.

Nesse sentido podemos analisar que o uniforme, ao mesmo tempo em que, identifica um grupo, criando uma identidade social, ele também oculta a identidade individual de cada um. Sendo que ele também tem o poder de ocultar pessoas quando utilizado, principalmente, em trabalhos subalternos. Os uniformes podem valer como signos de posição social – posição de trabalho, posição hierárquica, posição de classe (COSTA, 2004).

Assim, o uniforme e o crachá, ao mesmo tempo em que visibiliza os catadores, atribuindo uma identidade social, eles escondem o indivíduo pela identificação do trabalho que é realizado por eles, pois trabalham com que a sociedade julga ser lixo, atribuindo assim um caráter ainda mais negativo sobre o trabalho desempenhado.

O lixo – os materiais que podem ser reciclados estão nele – é um elemento identificador muito importante nesse trabalho. Pois, por mais que seja a fonte de onde esses trabalhadores tiram seus sustentos, a representatividade negativa que ele traz para quem necessita dele é muito forte. Segundo Cunha (2010, p. 60):

Ao mesmo tempo em que o lixo é fator marginalizante, já que ali são encontrados os rejeitos da sociedade, ele é também elemento que viabiliza um processo de ressignificação por parte do grupo, capaz de integrar pessoas consideradas excluídas do mercado formal, visto ser esta sua única opção de sobrevivência.

Então, ele envolve dois significados, com valores totalmente diferentes. Para a sociedade é fator marginalizante, receoso, preconceituoso, discriminador. Para o catador é fator de sobrevivência, sendo uma das únicas formas que lhes restaram de trabalhar dignamente.

Mesmo sendo um trabalho desenvolvido por excluídos do mercado de trabalho formal e, tendo uma representatividade negativa na sociedade, é a única forma de inserção desses na sociedade, através da informalidade e precariedade.

Moscovici (2010) diz que as representações são prescritivas, isto é, elas se estabelecem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que se coloca presente, antes mesmo que comecemos a pensar, e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado. Utiliza, como exemplo, uma criança que nasce em uma determinada cultura, onde a mesma terá as respostas prontas para várias de suas questões, como os seus sucessos e fracassos ou escolhas sexuais.

Essas identificações também podem ser compreendidas ao analisarmos Goffman (2004), quando utiliza o termo estigma para relatar representações sobre pessoas com alguma deficiência física, entendendo como estigma a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena. Segundo o autor:

Quando o defeito da pessoa estigmatizada pode ser percebido só ao se lhe dirigir a atenção (geralmente visual) - quando, em resumo, é uma pessoa desacreditada, e não desacreditável - é provável que ela sinta que estar presente entre normais a expõe cruamente a invasões de privacidade, mais agudamente experimentadas, talvez, quando crianças a observam fixamente. (GOFFMAN, 2004, p.17).

Goffman (2004) utilizou como exemplo as deficiências físicas em um contexto estadunidense, aqui analisamos os estigmas que estão presentes em nossa sociedade na forma como os catadores sobrevivem a partir do trabalho de catação, e que estão expostas aos olhares preconceituosos dos “normais”, o autor chama de normais as pessoas sem deficiência física, e do desejo de não destino semelhante aos catadores. O sujeito tornado estigmatizado leva consigo o descrédito e a perda da autoestima.

Goffman (2004, p.110) aponta como que deve ser o sujeito para não sofrer nenhum estigma:

Por exemplo, num sentido importante há só um tipo de homem que não tem nada do que se envergonhar: um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do Norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com um sucesso recente nos esportes. Todo homem americano tende a encarar o mundo sob essa perspectiva, constituindo-se isso, num certo sentido, em que se pode falar de um sistema de valores comuns na América.

Representações que não estão ao alcance de todos. Portanto, o sujeito que não preenche ao menos uma dessas características será, em algum momento, inferiorizado, tido como incompleto, acabará sofrendo algum estigma. Goffman (2004) salienta que a manipulação do estigma é uma característica geral da sociedade, um processo que ocorre sempre que há normas de identidade.

Segundo Jodelet (1993, p.14):

Certamente, há representações que chegam a nós já prontas ou que “atravessam” os indivíduos. São as que impõem uma ideologia dominante, ou as que estão ligadas a uma condição definida no interior da estrutura social. Mas, mesmo nesses casos, o compartilhar implica uma dinâmica social que considera a especificidade das representações.

Representações dominantes, para classificar os dominados, segundo o lugar onde moram, os tipos de trabalhos desempenhados, suas condições socioeconômicas, sua cor, raça e etnia, sua religião. O compartilhamento das ideias ocorre com extrema facilidade, pois a classificação do outro é sempre feita para evitar o mesmo processo com o eu.

“Se cada qual pudesse estar consciente de suas possibilidades reais a partir de sua situação concreta, o mundo da fantasia cederia lugar ao confronto com um mundo incapaz de premiar esforços individuais” (SANTOS, 2012, p.54).

Nesse sentido podemos compreender que o processo de identificação/diferenciação do catador é construído através de representações negativas. Pois os mesmos elementos que os identificam (vestimenta, carrinho, materiais recicláveis), também os diferenciam.

A diferenciação nesse caso aparece como parte de um processo de exclusão e invisibilidade. Fazendo parte também do que iremos apresentar a seguir sobre o trabalho de catação que está relacionado com a precariedade e a informalidade, relatando ainda processos de identificação e de representatividade.

1.2. O trabalho na catação de materiais recicláveis: a questão da informalidade

O trabalho na catação é marcado pela precarização, informalidade e estigmatização. Sendo ele informal, exploratório e discriminado, são essas especificidades a fonte de lucro do capital. Segundo Gonçalves (2006, p.23):

A precariedade do trabalho da catação revela-se para nós como fundamental para os ganhos dos demais agentes do circuito, já que o cumprimento das leis trabalhistas e os contratos formais de trabalho dos catadores, tornariam a reciclagem dos resíduos menos rentável e economicamente inviável para as indústrias.

Continua salientado que:

A energia do trabalhador deverá converter-se a qualquer custo e de qualquer forma em coisa útil para a reprodução do próprio sistema que o renega. Entretanto, esta procura deve se dar dentro das regras morais e éticas estabelecidas e legitimadas e que socialmente justificam a própria lógica que os massacra, o respeito às leis e à propriedade privada. (GONÇALVES, 2006, p. 54)

Aquilo que não é pago, que não tem direitos trabalhistas, sendo um trabalho exercido de forma precária. Isso que faz do mercado da reciclagem grande fonte de lucro, por um lado, e exploração, de outro. Ética e moralidade são expressões que não fazem parte quando o objetivo é o lucro.

Rodrigues e Thomaz Jr. (2005, p.48) apontam que:

Trata-se de um fenômeno que ocorre em diversos países ao mesmo tempo, atingindo um enorme contingente de trabalhadores, que vivem o flagelo do desemprego ou trabalham em condições precárias, perdendo direitos institucionais e sem direito ao tempo livre.

O que seria inviável para indústrias, recolher e separar o material reciclável, torna-se possível com a necessidade das pessoas em ter uma fonte de renda, mesmo que venha de um trabalho desumano e sem direitos constitucionais, criado da perversidade das relações capitalistas e resultado de uma sociedade de consumo desenfreado.

Em Dourados não há cooperativas, mas uma associação que congrega alguns catadores. Os catadores vendem o que catam durante o dia para donos de depósitos, ou seja, para atravessadores. Gonçalves (2006, p.275) a respeito das cooperativas diz que:

Mas a possibilidade de organização política reivindicatória coloca para os trabalhadores catadores elementos que permitem criar uma identidade coletiva, que não se restringe a atividade da catação, mas vai além, alcançando a identidade no processo reivindicatório, fato que não encontra espaço para acontecer no trabalho individualizado, nas ruas e nos lixões.

Seria uma forma de dar voz e maior visibilidade aos trabalhadores, para conseguirem reivindicar seus direitos e, de uma forma coletiva e organizada. Várias vozes com um objetivo em comum, assim como ocorre com os assentados, os catadores teriam pelo menos a possibilidade de lutar por melhorias nas condições de trabalho e dar maior visibilidade a sua existência (GONÇALVES, 2006).

Sem uma organização, a informalidade toma conta das relações de trabalho. Vemos catadores sem nenhuma proteção. Proteção em relação à saúde, formas de trabalho e também sindical. Segundo Gonçalves (2006, p.287):

A tendência a organização dos trabalhadores catadores em cooperativas/associações coloca um novo elemento no mercado de resíduos recicláveis, o que implica também em uma nova territorialidade e em modificações no processo de trabalho na atividade de catação, acabando por trazer mudanças para o funcionamento da coleta de lixo domiciliar urbano quando a organização destes está associada à instalação de um programa de coleta seletiva de resíduos recicláveis domiciliares.

A instalação da cooperativa⁵ e o programa de coleta seletiva melhorariam a destinação final do lixo, passando em cada bairro do município, tanto para aterros quanto para serem reciclados, evitando ainda mais o desperdício, pois grande quantidade de materiais que poderiam ser reciclados, tem o aterro como destino final.

Segundo Cantóia (2011) o trabalho de catação pode ser visto por dois pontos fundamentais: A cultura do consumo e a falta de planejamento urbano que integre e inclua os trabalhadores que vivem da coleta, separação e comercialização dos materiais recicláveis.

Falta de planejamento que podemos notar em trabalho de campo realizado junto a AGECOLD, cujos membros encontram muitas dificuldades em se manterem somente

⁵ Para um melhor entendimento do assunto, ler a lei 12.305 sobre a Política Nacional de Resíduos sólidos. Ela apoia a inclusão produtiva dos catadores de materiais recicláveis priorizando a participação em cooperativas ou em outras formas de associação constituídas por pessoas físicas e de baixa renda.

com a separação e venda dos materiais que chegam a associação, pois a quantidade entregue para os associados influencia diretamente no salário no fim do mês, atrelado ao preço baixo dos materiais

O aumento do consumo eleva a proporção e a quantidade dos descartes, na medida em que, os produtos, em geral, requerem algum tipo de embalagem, geralmente sendo caixas de papelão, embalagem longa vida, latas e, no caso de bebidas, vidros, latas de alumínio e garrafas plásticas. Porém, como a política de coleta seletiva em Dourados não atende todos os bairros, a quantidade de materiais coletado é pouca, afetando diretamente no ganho dos trabalhadores.

Na verdade, o que constatamos quanto a coleta seletiva em Dourados é que ela não é prioridade. É apenas para “inglês ver”, um “faz de conta”. Não há nenhum incentivo, informativo ou propaganda para os moradores colaborarem. O morador deve descobrir, por conta própria, se o caminhão da coleta seletiva atende seu bairro e quando.

Em geral, o caminhão da coleta seletiva passa posteriormente e no mesmo dia ao caminhão que coleta o lixo comum. Dessa forma, o morador tem de ficar de “plantão” esperando o caminhão de lixo comum passar para, posteriormente, colocar o reciclável para fora pois, do contrário, o mesmo vai ser levado junto do lixo comum.

Portanto, indagamos: qual o interesse da empresa Financeira em recolher a maior quantidade possível de material reciclável se ela repassa os mesmos para a AGECOLD? Ou seja, se ela não tem vantagens na quantidade de material reciclável coletado, por não o explorar mercadologicamente, por que iria ter interesse na coleta seletiva se o lixo comum tem o mesmo preço, é mais pesado e vai compactado no caminhão? Ou seja, coletar o reciclável em Dourados não é viável economicamente para a empresa: gasta-se mais tempo, mão de obra e combustível e recolhe-se mais volume e menos peso.

Com o advento e a expansão daquilo que podemos denominar indústria da reciclagem, algumas empresas enxergaram a possibilidade de obtenção de lucro – o que não parece ser o caso da empresa que faz a coleta seletiva em Dourados –, sendo o catador o principal responsável pelo funcionamento desse setor da economia.

Lucro obtido, na maioria das vezes, através da exploração de trabalhadores que não estão mais no mercado formal de trabalho e, muito das vezes, nem adentram a formalidade e que, para garantirem sua sobrevivência e de sua família, tendem a aceitar trabalhos com condições adversas.

Importante atentar que, na maioria dos casos, os catadores não são mendigos que mexem no lixo em busca de alimentos. São trabalhadores em busca de materiais recicláveis para comercializá-los e, com isso, se manterem. Procuram materiais que possam ser vendidos e gerar uma renda no fim do dia.

Sendo um trabalho que requer muito esforço e comprometimento, na medida em que, quanto mais material reciclável for encontrado maior será o pagamento, o catador necessita ter, também, muita saúde e em Dourados, assim como em outros lugares, vemos muitos catadores já idosos, cansados. Segundo Bosi (2008, p.106):

Não foram catadores desde sempre, e esta ocupação não foi resultado de uma livre escolha. A maioria dos catadores teve uma profissão (ou mais de uma), a qual não pôde mais ser exercida, fosse pela determinação do mercado, fosse por incapacidade física em função de seu envelhecimento como força de trabalho.

Os catadores da AGECOLD, conforme questionários aplicados, antes de adentrarem a associação, tinham outras ocupações. Dentre os homens a que se destaca é o trabalho braçal, ou seja, serviços gerais. Em relação às mulheres tivemos as seguintes respostas em relação aos serviços anteriores: doméstica, sendo a maioria, atendente no shopping e trabalhadora em usina. Ou seja, a maior parte desses trabalhadores saíram de ocupações informais.

O trabalho na catação envolve não só um trabalho físico, cansativo, mas, também, emocional, pois estão, a todo instante, cruzando com pessoas que fingem não notar a vossa presença. Além de serem excluídos do mercado de trabalho formal, ainda participam de um julgamento de aceitação social em relação com o que trabalham. Nesse momento a identificação do sujeito como catador de recicláveis é tida com desprezo.

Segundo Galdino e Malysz (2012, p.4):

A questão do preconceito social e econômico é bastante visível em função das condições de trabalho em que é submetido, o baixo retorno financeiro com a venda dos materiais recicláveis, o descaso do poder público com as questões relacionadas à gestão e gerenciamento integrados dos resíduos sólidos urbanos.

Souto, Melo e Tavares (2012, p.2) apontam:

E pela natureza da atividade, são exatamente indivíduos a quem não restam mais nenhuma alternativa de ingresso no mercado de trabalho, que vão ser explorados informalmente pelo capital.

A catação surge, portanto, como forma de exploração de mão de obra barata e desqualificada pelo capital. O trabalho precário que o catador desenvolve é encoberto através do discurso politicamente correto da reciclagem (GONÇALVES, 2006).

Um discurso que se diz preocupado com o meio ambiente, se emudece sobre as formas de explorações e descomprometimento com trabalhadores que dependem desse trabalho. A preocupação com o sujeito que realiza o trabalho não aparece nos discursos. A invisibilidade se apresenta quando o discurso é silenciado.

Nota-se que a atividade de catação envolve vários elementos que, aparentemente não são notados. O principal elemento que não é notado é o próprio catador, mesmo sendo ele a base da atividade que envolve todo o processo de reciclagem de materiais descartáveis.

Em conversa com os catadores da AGECOLD, quando questionados se as pessoas de Dourados sabiam da existência da associação e sua função, responderam que nem todos conhecem, sendo relatado o desprezo. Embora, salientaram que os que vão lá, alguns estudantes e moradores, destacam a importância ambiental da atividade, mas se esquecem do lado social e humano do trabalhador.

A (des)organização da catação é algo notável, o trajeto que os catadores desenvolvem, os pontos fixos onde catam o material. Qual a relação com os comerciantes? E com os moradores dos bairros, onde coletam “ilegalmente” nas lixeiras?

Em Dourados, como observamos em trabalho de campo, alguns comerciantes colocam à frente de seus comércios o material que pode ser coletado pelos catadores, outros guardam e entregam a catadores específicos. Pois a coleta diária que realizam faz com que percebam que alguém passa por ali e cata o material mesmo não sabendo quem.

O não notar o outro se dá pela desvalorização do outro, pela sua exclusão enquanto cidadão possuidor de direitos. Quando não damos importância às pessoas acabamos por não notá-las e que acabamos tornando-as “invisíveis”. O que ocorre com muitas pessoas, principalmente com os mais pobres.

Portanto, entendemos que a desvalorização sendo também produto das representações é um processo que leva a não notarmos os outros e, quando isso ocorre, o resultado final é a invisibilidade de sujeitos.

Seriam iluminados e “sem luz” como Costa (2004, p.18) nos faz pensar:

A iluminação é coisa também social. O que vemos e o que deixamos de ver, o regime de nossa atenção, é decidido segundo o modo como temos colocados em companhia dos outros, segundo o modo como também nos colocamos e como eventualmente nos colocamos em companhia.

O catador é identificado por estar garimpando o que seria lixo. Ali, ele está sujo e mal vestido, o que causa odor e repulsa a quem está perto. No mesmo processo, do contrário dele está o empresário, transformando “lixo” em dinheiro, bem vestido e limpo. Elementos de identificação/diferenciação e, também, de representação, de indivíduos participantes do mesmo processo socioeconômico.

O mesmo processo que invisibiliza e deixa “sem luz” tantos catadores é o que dá visibilidade e ilumina um pequeno grupo de investidores. Desvalorizados e valorizados estão no mesmo campo de ação, mas sendo explorados e exploradores.

Trabalhadores dignos, que são vistos desempenhando um trabalho discriminado, social, cultural e economicamente, por grande parte da sociedade que precisa aprender, entender, conviver e respeitar as diferenças, a forma de viver de cada um. Forma essa sendo uma escolha entre ter o que comer e o não ter, podendo no fim do mês não conseguir suprir as necessidades.

Importante seria resgatar a dignidade desse grupo social enquanto cidadãos que possam usufruir dos seus direitos, suprimindo suas necessidades básicas, pois, segundo Santos e Silva (2011), esses trabalhadores, mesmo que de forma involuntária, estão dando um exemplo de cidadania e responsabilidade ambiental. Também estão dando um exemplo de sobrevivência e vontade de viver.

O trabalho de catação de recicláveis e pobreza soam como contradição, pois a mesma prática social que gera milhões de reais para uns é sinônimo de pobreza, (in)visibilidade e exclusão para tantos outros. Sendo justamente essa precarização no/do trabalho que tornam uns ricos e perpetuam pobres outros. Segundo Gonçalves (2006, p. 271):

Os catadores não conseguem perceber a enorme riqueza que a sua situação de miséria cria e como esta riqueza é apropriada por outros. Os que percebem não conseguem meios para se fortalecerem e colocarem em pauta as reivindicações que deverão ser levadas a frente, como forma de pressionar os que controlam todo o circuito econômico em que estão envolvidos. Do mesmo modo, têm dificuldades para despertar os demais trabalhadores para a construção de soluções para os problemas que os atingem.

A baixa escolarização, a falta de organização coletiva e a falta de políticas públicas mais inclusivas são elementos importantes desse processo de receio de reivindicar direitos, de melhorias nas condições de trabalho e maior remuneração aos controladores do circuito econômico da reciclagem, fazendo com que permaneça a geração de riquezas pela exploração, manutenção e aumento da pobreza (GONÇALVES, 2006).

Seria cabível uma política eficiente no município, no que diz respeito, a coleta seletiva, pois, dessa forma, beneficiaria os associados com mais subsídios proporcionando uma maior quantidade de materiais vendidos e, com isso, aumento nos salários.

São pessoas que tiram seu sustento do que os outros descartam. O que seria lixo ganha significado e assume outro papel. Agora, passa a ser o sustento de pessoas que dependem do que coletam para sobreviver. O que não tem proveito para uns é o que mantém outros vivos.

Questão essa que merece ser pensada com cuidado, pois falamos de significações. O material reciclável possui significados diferentes conforme a pessoa que está trabalhando com ele ou, mesmo sendo apenas lixo, para outros.

Para uns a coleta de materiais recicláveis pode ter um sentido de educação ambiental ou de uma atitude ambientalmente correta. Para o empresário é mais uma forma de obtenção de lucro. Para outros, pode ser arte, artesanato, etc.. E, para o catador, é a única forma de sobrevivência e, em geral, sua única fonte de renda.

Segundo Miura (2004):

O lixo representa para os catadores seu meio de vida, a condição para garantir sua sobrevivência, a sua integração no mercado de trabalho, sem deixar de ter a conotação negativa construída socialmente em torno do lixo, ou seja, lixo é aquilo que é jogado fora, que gera asco, discriminação e preconceito.

O ato de mexer no lixo se apresenta como uma atividade desesperadora em busca de algo que dê condições de sobrevivência. Nesse momento o corpo fica exposto a vários tipos de doenças que provém do lixo e doenças que provém da alma.

O processo que afeta a autoestima dos trabalhadores é tão importante quanto às doenças físicas, pois elas também reprimem, rebaixam, impedem uma melhor desenvoltura do trabalho. As mãos que tocam o lixo é a mesma que enxuga o suor, que acaricia o rosto, que vai à boca, que transporta o alimento até ser ingerido. Os catadores não usam luvas e nem máscaras. Um trabalho que está a todo instante em exposição, mas que nem todos conseguem enxergar.

A catação sendo um trabalho subalterno, discriminado, mal visto, surge da lógica capitalista da competitividade do mercado de trabalho que está cada vez mais rigoroso e em busca de qualificação profissional.

Trabalhadores que foram excluídos e não têm mais perspectivas de serem inseridos no mercado de trabalho formal encontram na informalidade as condições mínimas para sobreviverem.

Segundo Medeiros e Macêdo (2006, p.66):

A inclusão desses catadores ocorre de forma perversa. Dessa forma, pode-se inferir que o catador de materiais recicláveis é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza: trabalho precário, realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade, sem reconhecimento social, com riscos muitas vezes irreversíveis à saúde, com a ausência total de garantias trabalhistas.

A reciclagem, no âmbito do capital, não está comprometida com os problemas gerados pela produção de resíduos, mas a lucratividade que envolve. A forma como o trabalhador desenvolve o serviço também não é sua preocupação e, muito menos, as garantias trabalhistas.

Gonçalves (2006, p. 33) a respeito do trabalho de catação nos lixões salienta:

é uma das expressões mais perversas de um processo mais geral, de uma lógica reprodutiva que impede a sociedade à produção/consumo destrutivos mundial e nacionalmente, condenando ao que não podem consumir a viver das sobras daqueles que consomem, sempre reforçando de expandindo a lógica do capital de transformar tudo que é valor de uso em valor de troca, por mais desumanizante que possa ser esse processo.

A perversidade que o autor retrata está também nas ruas de Dourados, mesmo não sendo em lixões. Catadores mexem e remexem nos lixos das casas diariamente. Sendo reflexo do que o autor retrata, ou seja, pessoas que não tem condições de consumir os mesmos produtos estão fadadas a viverem das sobras daqueles que possuem condições de consumo, muitas vezes desnecessário e exacerbado.

A questão está na forma como a sociedade participa da construção de aceitação social, pois o valor das pessoas é tido pelo que se tem, pelos seus bens e seus patrimônios do que pelos valores sociais que compartilha, o que pode ser notado nas falas dos associados, quando afirmam que muitos em Dourados desconhecem a AGECOLD e também seus membros. O possuir algo se torna mais importante do que o ser. Segundo Santos (2012, p. 29):

O dinheiro se torna a medida de tudo, a economização da vida social impõe uma competitividade e um selvagismo crescentes. Em lugar do cidadão surge o consumidor insatisfeito e, por isso, votado a permanecer consumidor.

O autor continua dizendo que o consumidor não é o cidadão e que através das desigualdades e injustiças temos um espaço sem cidadãos. Dotado pelo individualismo e pela competitividade em que ter passa ser determinante. (SANTOS, 2012)

Alguns trabalhos servem como exemplo, outros não. Garis, catadores, domésticas, são alguns que não são tidos como exemplo. Serviços essenciais à sociedade que são vistos com desprezo por ela mesma. Fazer o que ninguém quer, viver do que os outros dispensam, é uma das formas mais contraditórias de conceber a vida. Aquilo que pode estar ao alcance de todos, mas ninguém quer alcançar.

O trabalho na catação é sinônimo de fracasso na vida pessoal e profissional por ser desempenhado em condições desumanas e pela desvalorização do trabalhador. Essa parcela da população, através da catação, vem desenvolvendo um valor econômico para aquilo que já não havia mais valor. (MEDEIROS e MACEDO, 2006).

O que seria descartado e iria para o aterro sanitário, ganha valor com a indústria da reciclagem. O capital conseguiu enxergar lucro no que anteriormente não havia valor algum e ganhou força com a exploração, a precarização e, principalmente, a invisibilidade dos catadores de materiais recicláveis, ou seja, por não serem visíveis é mais fácil a sua exploração e subjugação.

Gonçalves (2006, p.62) aponta como que isso é visto pela sociedade, salientando:

A normalidade com que são aceitas situações como essa é somente uma das facetas de um processo de precarização da vida, que condena parte da classe trabalhadora a passar a vida no lixo, sem enxergar ou pensar na possibilidade de contestação desta lógica excludente, já que, a explicação para as situações de desemprego e de precarização do trabalho é construída a partir de elementos e argumentos encontrados na própria lógica de reprodução do capital. Ou seja, a crescente miséria é fruto do aumento do emprego da tecnologia no processo produtivo e da falta de “educação”, de formação técnica do trabalhador para o trabalho.

O autor continua salientando:

Assim, a miséria, o desemprego e o trabalho precário e informal são dissociados dos problemas sociais e econômicos fundados na lógica destrutiva do capital. Essa desvinculação leva grande parte dos trabalhadores a uma compreensão equivocada da situação, conformando-se em permanecer trabalhando no meio do lixo, tendo como principal justificativa para si mesmos suas carências profissionais, suas “desqualificações”. (GONÇALVES, 2006, p.63)

Os trabalhadores que participam da precariedade e da informalidade no mercado de trabalho são veiculados nos discursos como incapacidade do próprio trabalhador. O que pode ser compreendido como representação social de um sistema dominante, o da lógica destrutiva do capital. Bosi (2008, p.113) salienta:

Subordinado, integrado e requerido pelo processo de acumulação de capital, o trabalho dos catadores traz, como força produtiva, a marca das relações capitalistas de produção.

Com isso, o autor mostra a ideologia capitalista de integrar trabalhadores, que tinham sido excluídos do mercado de trabalho formal, de forma precária em trabalhos informais para serem explorados em jornadas de trabalho mais elevadas que o normal e, através disso, aumentar seus lucros. Sobre isso Costa e Chaves (2012, p.10) afirmam que:

[...] trabalhadores e trabalhadoras que diante do desemprego e da informalidade integram um grupo social cujo meio de trabalho os tornam também descartáveis para o perverso processo de estruturação

produtiva que ao mesmo tempo que são descartáveis nos segmentos formais de trabalho, na informalidade são indispensáveis ao desejo incessante da lógica do capital que é a obtenção de lucro via precarização das relações de trabalho.

Pensamos, portanto, em pessoas (trabalhadores e trabalhadoras) que foram descartados da estruturação produtiva nos segmentos formais de trabalho ou que nem chegaram a ter um emprego, mas, que, são indispensáveis na informalidade como catadores de materiais recicláveis, sendo fontes de lucro através da precarização das relações de trabalho.

Souto, Melo e Tavares (2012, p. 4) salientam:

O catador é explorado duplamente, pelo capital e pelo Estado. Inserido na informalidade, tem que vender seus achados a preços irrisórios, enquanto o atravessador repassa a mercadoria com um valor adicionado à indústria que, por sua vez, transforma a mercadoria descartada em um novo produto comercializável e com um sobrevalor agregado. Entrecruzam-se o valor de uso e o valor de troca: a mercadoria reciclada que antes já foi valor de uso, adquirida pela troca, volta a ser valor de uso pela interferência mágica de tornar-se novamente valor de troca e retornar ao mercado.

Nesse processo, o catador sempre vai estar em desvantagem. Primeiro pelas condições de trabalho (jornadas, tipo de trabalho), seguido de explorações, preconceitos, discriminações, o trabalho não pago, desgaste físico e mental, riscos e perigos em relação à saúde por estar trabalhando com grandes diversidades de materiais: cortantes, contaminados, etc.

Gonçalves (2006, p. 53) afirma que:

Sabemos que as amarras e as várias formas de coerção social e econômica existentes na sociedade do capital obrigam aqueles que têm como único meio para assegurar a sua sobrevivência a venda da sua força de trabalho a se sujeitarem as condições extremamente precarizadas e destrutivas, estando dentro ou fora do mercado formal de trabalho.

Os que estão inseridos no mercado formal de trabalho também vendem sua força de trabalho. A diferença está na escolha de para quem vender o tipo de trabalho que melhor agrada em desempenhar. Privilégios que nem todos tem o poder de desfrutar. No caso dos catadores foi o único meio para assegurar a sobrevivência de forma digna.

Nesse sentido, a discussão passa pela prerrogativa de que pior do que trabalhar na informalidade e na precariedade é o não trabalho, e com isso passar a garantir a sobrevivência de forma ilícita. Uma ideia que se apresenta totalmente contraditória no que diz respeito a formas lícitas e ilícitas de sobreviver no sistema capitalista. Pois o capital se mantém da exploração e do lucro (que é aquilo não pago ao trabalhador).

Também a forma de privação de bens e serviços às pessoas que não tem poder aquisitivo de compra. É difícil estar dentro das regras morais e das éticas estabelecidas por um sistema que passa por cima desses preceitos a todo instante em cada relação na sociedade.

O descarte não ocorre somente com os materiais que não serão aproveitados. Também ocorre com os trabalhadores que não são úteis para o mercado de trabalho formal. A catação surge para essas pessoas como chance de sobrevivência.

Esse processo de tentativa de sobrevivência se dá posteriormente a alguma dimensão da exclusão social que também acarreta no processo de invisibilidade pública. Temas que iremos abordar no próximo capítulo.

CAPÍTULO II - A VISIBILIDADE/INVISIBILIDADE E A EXCLUSÃO DOS TRABALHADORES NA CATAÇÃO EM DOURADOS

Recordo-me de estórias de quando era criança que diziam que se meus amigos e eu ficassemos na rua o “homem do saco” iria nos levar embora. Esses homens eram os catadores e os sem-tetos e a imagem que nos era passada nos dava a impressão de pessoas ruins que roubavam crianças. O homem do saco e o homem do carrinho eram vistos por nós somente pelo medo, mas estavam “invisíveis” perante a sociedade. Invisíveis no sentido político-social, em que não há esforços para enxergá-los.

A visibilidade do catador sem-teto se dava pelo medo que tínhamos dele e por estar num local no qual brincávamos. Um sujeito que aparentava ter uma idade já avançada, cansada, com a barba por fazer, vestimenta e mãos sujas.

Morávamos em São Paulo, mais precisamente na capital, lá o receio que se tem um do outro é maior do que em Dourados, pois já se percebe pelo fato de as pessoas não se cumprimentarem com tanta frequência. A afetividade que temos aqui não é a mesma quando estamos lá.

O senhor que “habitava” o local em que transformávamos em campo de futebol nunca nos tratou mal e nós procurávamos não mexer com ele, pois seguíamos a recomendação de casa.

Éramos curiosos, mas o nosso medo era maior. Nunca chegamos a perguntar o que o tinha levado a estar naquelas condições e o porquê de ter “escolhido” aquele local para ser seu abrigo. O motivo poder ser porque ali perto tinha um depósito que recebia os materiais recicláveis.

O local não havia portão, o que daria uma visão de território de alguém, embora soubéssemos que ali na parte de cima morava um amigo nosso. Essa condição de não ter uma barreira física dava ao catador e a nós a oportunidade de ocuparmos o espaço, de formas e símbolos diferentes.

Às vezes, quando chegávamos lá ele ainda estava deitado sobre uma cama feita por papelão e do lado estava sua companheira, uma garrafa de pinga. Nosso egoísmo se misturava à vontade de jogar futebol e ficávamos muito bravos esperando com que ele saísse do nosso “campo de futebol”.

Para nós era o espaço do lazer em que brincávamos e que depois de brincarmos e ficarmos com fome voltávamos para nossas casas, pois tínhamos pais, mães, irmãos, que nos esperavam para jantar.

Para ele era o espaço do habitar em que depois de um longo dia de trabalho em que o cansaço se mistura com a fome, talvez nem tivesse tido a oportunidade de comer, não havia uma família a sua espera, nem uma casa.

O papelão que de dia é mercadoria, sua fonte para conseguir uma renda, a noite passa a ser o “colchão” sobre o qual seu corpo cansado repousava.

Sendo essa uma recordação de cerca de catorze anos atrás quando eu tinha apenas nove anos de idade e que agora começo a entender e compreender fazendo as perguntas que não fiz a aquele catador, mas a outros que vivem o mesmo processo de exclusão e invisibilidade.

Não podemos escolher o local que moramos, temos que morar conforme nosso poder aquisitivo. As condições espaciais não são iguais para todos, morar bem tem um preço alto.

O catador não tinha conforto nenhum, somente um teto para livrá-lo da chuva, mas retornando ao local após alguns anos não o encontrei mais por lá, agora tinha um portão. O que o impossibilitaria de entrar.

Esse portão também está em Dourados, pois os catadores estão presos do lado de dentro e do lado de fora. Para dentro quando tentam sair dessa condição de pobreza e do tipo de trabalho que realizam como única forma de sobreviverem. Para fora, pois não conseguem mais entrar no mercado formal por não possuírem os requisitos que são cobrados.

As oportunidades não se dão para todos, uma vez excluídos do mercado de trabalho formal, as chances de voltar são poucas. O trabalhador excluído, que virou catador naquela época, é o mesmo de hoje. O processo de exclusão continua se reproduzindo. Possuem a mesma invisibilidade, a renda é obtida pelos mesmos materiais.

Entendemos esse processo como fruto da desigualdade social. Somos iguais apenas juridicamente, mas diferentes no acesso e nas oportunidades. Ser diferente é resistir ao sistema homogeneizador que nos é imposto, o problema é quando analisamos, segundo Buarque (1993), no sentido de apartação.

Sociedades diferentes com problemas iguais. Dourados, no momento em que é mostrada, em particular no centro, pela sua “boa aparência”, limpa, com árvores podadas, grama baixa, trabalhadores circulando a todo o momento, veículos que também não param de se movimentar e, quando param, os alarmes dão o sinal também de “potência”, ela (a cidade) também “esconde” processos de desigualdades, condições

e situação de trabalhos realizados por catadores de materiais recicláveis que deixam suas famílias para ganhar “o pão de cada dia”.

Portanto, Dourados, assim como qualquer outra cidade, em suas relações produz seus excluídos através das inclusões de outros. Segundo Lesbaupin (2000) a exclusão é típica da atual fase do capitalismo. Entendemos que essa ideia não seja válida se analisarmos a exclusão como processo histórico, em que negros e índios sempre sofreram com esse problema. Pois, segundo Demo (2002) estamos apenas escrevendo o atual capítulo da pobreza, pois sabemos que cada momento da história produz seus “pobres” e seus “excluídos”.

Ainda, segundo o autor, o pobre é tido como figura perversa no sistema quando na verdade ocorre o contrário. Ninguém escolhe ser pobre. É uma condição histórica em que o capitalismo controla a riqueza e a pobreza. A pobreza não se combate com assistencialismo, mas pela reinvenção da cidadania do excluído (DEMO, 2002). A cidadania começa pela inclusão desses trabalhadores no mercado formal.

Demo (2002) ainda diz que:

O Estado não está preocupado com os pobres. Ele cria políticas para apaziguar o que pode virar manifestação. O problema será quando pessoas que estiveram num bem-estar social vir-a-ser pobres e começar a reivindicar melhorias nas condições de vida. Os pobres já se acostumaram com a vida que levam, esse é um dos maiores problemas.

Pobreza, exclusão e invisibilidade, processos esses que fazem cada vez mais com que pessoas percam a voz para reivindicar direitos e melhorias na sociedade. A aceitação se dá pela impotência de não poder fazer nada contra o sistema. Políticas devem ser criadas a favor daqueles que sobrevivem das migalhas que sobram da sociedade, devolvendo a “voz” através da cidadania, que é direito de todos.

Nas cidades médias, que em geral simbolizam a prosperidade, a riqueza, e a qualidade de vida, o que encontramos são processos de exclusão social ainda mais perversos (VIEIRA, 2005). Pessoas que não usufruem a cidade como outros por não possuírem poder aquisitivo que os capacite utilizar o que é oferecido.

Dourados exclui indígena e outros que também não possuem poder aquisitivo. Muitos desconhecem a existência de favelas e bairros sem infraestrutura para atender condições básicas para uma vida digna.

Trabalhadores que, junto a outros que desempenham funções também informais e precárias, porém sendo serviços indispensáveis ao funcionamento da própria cidade, são excluídos e tidos como invisíveis pelo tipo de trabalho que realizam.

Para entendermos o conceito de exclusão social recorremos a Vieira (2005, p.21) quando diz:

Fruto das desigualdades sociais que se acentuaram nos últimos anos, o processo de exclusão social pode ser entendido como a forma mais aprofundada da falta de condições dignas de vida para os cidadãos, levando alguns ao isolamento quase total do convívio e das relações sociais com a sociedade.

Essa exclusão torna a pessoa um ser invisível perante as relações societárias e, com isso, entendemos que há invisibilidade pública, sendo este processo compreendido de acordo com Costa (2008, p.16) como:

A invisibilidade pública, desaparecimento de um homem no meio de outros homens, é a expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação. [...] A invisibilidade pública – construção social e psíquica – tem a força de *ressecar* expressões corporais e simbólicas dos humanos então apagados. Pode abafar a voz e baixar o olhar. Pode endurecer o corpo e seus movimentos. Pode emudecer os sentimentos e poder fraquejar a memória. Faz esmorecer – em todos estes níveis – o poder de aparição de *alguém*.

Invisíveis no sentido social. Passamos a não enxergar o outro como capaz de alcançar algo melhor. Sendo uma construção social que aparece na forma de discriminação. O sujeito é apresentado por um estigma que o impossibilita de ser notado e aceito socialmente.

Portanto, o trabalho do catador de materiais recicláveis, que é fruto de um processo de exclusão ou mesmo de não inserção ao mercado de trabalho formal, é representado de maneira discriminada e humilhante que esmorece o poder de aparição do trabalhador.

Sendo que a dialética visibilidade/invisibilidade é menos “marca” da materialidade socioespacial e antes a “materialidade” de imaginários (a imaterialidade) de como se concebe, se percebe e se vive a sociedade ou a cidade (CASTORIADIS, 2000).

Mennel (1994, p.13) em uma nota introdutória ao livro de Norbert Elias e John L. Scotson “Os Estabelecidos e os Outsiders”, sobre a construção de imagens por outros diz:

A maneira como um grupo de pessoas é capaz de monopolizar as oportunidades e poder e utilizá-las para marginalizar e estigmatizar membros de outro grupo muito semelhante (por exemplo, através do poderoso instrumento da fofoca), e a maneira como isso é vivenciado nas “imagens de nós” de ambos os grupos, em suas autoimagens coletivas.

A materialidade de imaginários que Castoriadis (2000) relata, é cristalizada através de discursos de pequenos grupos que detém o poder da palavra, mas, também, midiático, e que acabam influenciando, através da fofoca que Mennel (1994) descreve e que Arruda (2002) chama de universo consensual, o pensar na sociedade. Através disso passa a dizer quem são os incluídos e quem são os excluídos. Os vistos e os não vistos.

O pensar sobre os estabelecidos e os outsiders e também relações cotidianas de superioridades e inferioridades nos possibilitará discutir sobre os processos de exclusão e a invisibilidade dos catadores de materiais recicláveis.

As palavras *establishment* e *established* são utilizadas, em inglês, para designar grupos e indivíduos que ocupam posições e prestígio e poder. Um *establishment* é um grupo que se auto-percebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: os *established* fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. O termo que completa a relação é *outsiders*, os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela (NEIBURG, 2000).

Seriam, portanto, estabelecidos (superiores) e outsiders (inferiores). Os autores Elias e Scotson (2000) usaram exemplos de um vilarejo inglês que detinha uma área com famílias antigas que mantinham suas tradições e que com a chegada de outras famílias, de mesma classe social, que ameaçavam a ordem do local começa a haver processos de exclusão e estigmatização com os novos moradores.

A concepção de ser superior em uma sociedade está muitas vezes ligada ao status positivo que cada pessoa possui perante a sociedade. Ter um bom estudo, um bom emprego, casa própria, carro, uma família estabilizada. O contrário disso é um sujeito tornado inferior. Segundo Elias e Scotson (2000, p.20):

[...] os indivíduos “superiores” podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores.

Esse mesmo sentimento de superioridade e inferioridade faz parte do processo de exclusão e discriminação a que Fanon (1975) relata sobre negros e brancos, em que as revistas escritas por pessoas brancas, destinadas a pequenos brancos, mas que os jovens indígenas também devoravam, apresentavam:

O lobo, o Diabo, o Gênio Mau, o Mal, o Selvagem são sempre representados por um preto ou um índio e, como há sempre identificação com o vencedor, o negrinho faz-se, tão facilmente como o pequeno Branco, explorador, aventureiro, missionário que se arrisca a ser comido pelos pretos maus (FANON, 1975, p.181).

Em outro momento Fanon (1975, p. 217) continua:

O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e do outro lado: o claro olhar da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca.

Apesar de serem graus de exclusão e de discriminação diferentes dos catadores, pois um é por questões sociais e econômicas e o outro por questões raciais, apesar de encontrarmos catadores negros e índios em Dourados que também podem sofrer preconceitos, ambos, são representados por exclusões devidos a fracassos atribuídos por pessoas que inferiorizam outras. Preconceitos e discriminações diferentes, porém interligados pelo mesmo processo de estigma.

Elias e Scotson (2000) falam dos moradores de um vilarejo inglês chamado de Winston Parva em que moradores de uma área tratavam os de outras áreas como inferiores até fazê-los se sentirem inferiores. Continuam salientando que:

A exclusão e a estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 22).

Os catadores, os indígenas e aqueles que trabalham e vivem precariamente são os outsiders em Dourados, vítimas de exclusão, estigmatização, discriminação, inferiorização, preconceitos, invisibilidades, exploração, etc. Processos que firmam a superioridade e o poder através do enfraquecimento e desarmamento do estigma social.

Pois nos mostram como que o “cidadão” é tratado por aquilo que temos definido como Sociedade, justamente pelo que ele (o “cidadão”) possui, e não pelo que ele é: o seu valor é dado pelos seus bens materiais, sobretudo. O mesmo que Santos (2012) chama de não-cidadão por não ter os seus direitos básicos atendidos. Segundo ele o cidadão tornou-se um mero consumidor.

A relação entre conquistadores e conquistados é sempre conflituosa, pois o desejo de sempre se sobressair sobre os outros impede que estabelecidos e outsiders, componentes de uma mesma sociedade, tenham o mesmo poder, independentemente da sua classe, dos seus bens e do tipo de trabalho. Elias e Scotson (2000, p.56) salientam:

A reputação dos “estabelecidos” era engrandecida por um pequeníssimo número de famílias “socialmente superiores”, enquanto a dos “outsiders” era decisivamente marcada pelas atividades de seu setor “mais baixo”.

Trazendo para a nossa realidade, podemos analisar o mesmo problema, em contextos diferentes, em relação a atividade (trabalho) desenvolvida pelos catadores, pois, a representatividade negativa que a catação ganhou, pela forma como se dá, faz com que a sociedade não aceite esse trabalho com bons olhos.

Por outro lado, enxergam a política de reciclagem importante apenas para os ganhos ambientais. Embora saibamos que o sucesso dessa política se deve a ganhos econômicos de empresários e setores do ramo. Portanto, o problema maior está no não reconhecimento de verdadeiros valores e, principalmente, na representação das relações.

É grave quando julgamos superiores pessoas que exploram outras, disseminando falsas ideias através de discursos midiáticos que acabam sendo aceitos como verdades e, nesse mesmo processo, ocultando outras.

Os discursos construídos através de imaginários e representações atribuem muitos significados e valores as coisas, ou seja, o consumo passa a ditar e selecionar pessoas mostrando inseridos e excluídos. A posse de algo, assim como a não posse, são passaportes para a construção de julgamentos. Como aponta Santos (2012, p. 69):

O próprio quadro de vida, a natureza e o entorno humano, carregado de significações sobrepostas, cheio de artifícios, é uma tela de enganos. A natureza artificializada, instrumentalizada ao extremo, recusa-se a se deixar entender diretamente. Os homens não veem o que enxergam.

Desse modo, as pessoas não veem a maneira como vivem e as ideologias que estão diariamente sendo impostas e, de tanto que são repetidas, acabam sendo aceitas como verdades absolutas. Por isso, Ferraz (2010) diz que o mundo é metafórico, vivemos metaforicamente, pois ele é muito mais do que aquilo que vemos e as relações que construímos cotidianamente. É como ter os olhos fechados para a essência das coisas (SANTOS, 2012).

Nesse caso, os termos como “nós” e “eles”, “eu” e o “outro”, soam como fronteiras que delimitam e separam os estabelecidos e os outsiders, conquistadores e conquistados, os superiores e os inferiores, atribuindo diferentes importâncias e valores humanos.

Elias e Scotson (2000) relatam um exemplo japonês em que grupos ocupacionais eram vistos como sujos, entre eles: os açougueiros, trabalhadores de curtume, pescadores, carrascos, garis e outros grupos ocupacionais similares ficaram vistos como seres humanos cujo contato contaminava os demais.

A representação de contaminação pelo tipo de trabalho não está presente em nossa sociedade. Assim, do ponto de vista dos integrados, a única maneira de necessitar dos não integrados não será apenas como força de trabalho, mas igualmente como não concorrentes aos privilégios sociais (DEMO, 2002).

Santos (2012) aponta que o medo é constante na sociedade, e que por isso, a grande maioria dos cidadãos não percebe a cidade senão pela lógica dos medos, das premonições, da sensibilidade, que se aguça com o próprio acesso ao trabalho. Esse medo pode estar em trabalhar com algo não aceito ou com algo ilícito, mas o maior medo é o do não trabalho e aos privilégios sociais.

Como também, ter medo do próprio catador, sendo visto como alguém que pode fazer algo ruim. A vestimenta e a expressão de cansaço pode causar má impressão nas pessoas aumentando as desconfianças.

A não compreensão de um trabalho informal, subalterno ganha em representação somente para os que não trabalham, pois segundo Goettert (2002, p.101):

As representações sobre os “não-trabalhadores”, construídas ao longo dos últimos cinco séculos no Brasil, refletem o quanto o ideal do trabalho é importante na manutenção do *status quo* dos donos dos meios de produção, dos que comandam o trabalho sem, necessariamente, trabalhar. Vadios, vagabundos, indolentes e preguiçosos, são alguns dos adjetivos empregados àqueles que se encontram “fora” do *mundo do trabalho*. Representações construídas e reconstruídas continuamente como garantia de manutenção do ícone-trabalho. Representações que figuram no imaginário social brasileiro e que tiveram sua origem já no contato entre europeus e índios a partir do século XVI. Representações que, também, sofreram mudanças na medida em que novas relações de trabalho e novos trabalhadores foram necessários, e outros desnecessários, na reprodução das relações de poder que sustentam as bases material e simbólica para a opulência de poucos e a desclassificação social de muitos.

Vadios, como eram chamados aqueles que não tinham perspectivas de progresso, como negros e índios na escravidão e no contato com os portugueses, embora fossem trabalhadores e explorados de forma impiedosa com jornadas de trabalho desumanas.

Como nós não conseguimos ser o outro, construímos discursos para inferiorizá-lo. A superioridade nesse caso está em ter um trabalho, algo com o que se ocupar e quando encontramos alguém, que deveria estar trabalhando com horários a cumprir, desfrutando do ócio o discurso criado como uma defesa é de inferiorização como o vagabundo, o vadio, etc.

Mas dessa mesma forma os que possuem um trabalho não aceito socialmente – os catadores – também são inferiorizados, invisibilizados e excluídos na sociedade. O modo de produção capitalista, como *modo* de produção das desigualdades, inclui/exclui sujeitos, em contradição, inclusive, com um de seus momentos do “circuito capitalista” que é o consumo. Na acumulação de capital, o cúmulo da extremidade da inclusão/exclusão: catando a “descartabilidade”, são eles, os próprios catadores, a própria condição da “descartabilidade” e “invisibilidade” (COSTA, 2004).

Processo que se inicia com a exclusão de pessoas do mercado de trabalho formal. E, através do trabalho de catação, que traz consigo a informalidade, a precarização, a subalternidade, esses trabalhadores acabam sendo vítimas de invisibilidade pública que, segundo Nascimento (1994): “a exclusão social está associada diretamente à capacidade da sociedade em criar emprego para seus membros, ou a eles atribuir uma renda mínima de vida”.

Nascimento (1994) apresenta a exclusão social sob cinco dimensões: dimensão histórica, dimensão espacial, dimensão econômica, a dimensão especificadamente social e a dimensão das representações sociais. Com base em Vieira (2005) apresentaremos além das cinco apontadas por Nascimento, uma sexta, a dimensão política.

A dimensão histórica da exclusão social remete as desigualdades e diferenças, existentes desde a Antiguidade, no acesso aos bens e direitos de todos na sociedade. Nesse caso, escravos, mulheres, índios, negros e imigrantes eram os excluídos sociais com características específicas (VIEIRA, 2005). Sendo vista pelo autor como um processo que não ocorre de um momento para outro e que atualmente continua sendo acirrada pelo modo de produção capitalista. Cada momento da história produz seus excluídos (DEMO, 2002).

A segunda dimensão, a geográfica ou espacial, reflete os processos de exclusão que se apresentam com maior nitidez. Na escala mundial nos países africanos, em escala local nas periferias das cidades brasileiras. Sendo fruto de um processo de segregação socioespacial (VIEIRA, 2005). Processos que com a globalização se tornam ainda mais visíveis, pois as seleções de investimentos constroem espaços luminosos e espaços opacos (SANTOS, 2002).

A dimensão econômica está relacionada principalmente ao aumento das desigualdades sociais e da pobreza, levando uma grande parcela da população a ter acesso restrito aos bens de consumo básicos e simbólicos, agravado pela baixa remuneração e o desemprego estrutural, (VEIRA, 2005) e, esse aumento das desigualdades sociais e da pobreza, segundo o autor, é fundamental na existência, manutenção e promoção da exclusão social.

Segundo Santos (2012, p. 52):

A ideologia da prosperidade contaminava a sociedade de alto a baixo, enriquecendo de sonhos injustificados quem jamais deixaria de ser pobre. Numa sociedade em que a pobreza se alarga e se aprofunda, a fabricação de novas necessidades agravava a vocação ao consumo, e este só é parcialmente saciado por alguns, enquanto para os pobres não contemplados, e para os novos pobres, que se criam pelo mesmo processo econômico, a revolução das expectativas crescentes renova a alimentação das esperanças: é a esperança dos inconscientes de sua condenação à pobreza.

As populações pobres não têm o seu problema maior na fome, mas sim na falta de cidadania, que os impede de se tornarem sujeitos de história própria, inclusive de ver que a fome é imposta. Aceita-se que o cerne da pobreza não é carência material, mas a

precariedade da cidadania (DEMO, 2002). Segundo Sposati (1998) exclusão é a negação da cidadania e que exclusão social estende essa noção de impossibilidade de obtenção a outros elementos de natureza atitudinal, comportamental, social, etc.

Na dimensão humana, no limite da exclusão social, a vida ou a existência humana seria negada aos indivíduos ou grupos, cuja existência não interessaria a sociedade e seria limitada a sobrevivência mínima do corpo enquanto ser natural ou biológico, sendo retiradas ou negadas tanto suas necessidades materiais quanto suas necessidades subjetivas, suas vontades e seus desejos. (VIEIRA, 2005)

Seriam os excluídos desnecessários segundo Nascimento (1994). Cujas existências como força de trabalho ao mercado formal não é importante. Através dessa dimensão da exclusão o sujeito é tornado coisa. Suas vontades, desejos, sentimentos, necessidades, não são supridas, são invisibilizadas.

A dimensão das representações sociais seria, segundo o autor, a forma como indivíduos ou grupos sociais sujeitos a situações de exclusão são vistos pela sociedade como um todo, ou seja, tais grupos são tidos como diferentes, desnecessários para uma parcela da população. (VIEIRA, 2005). Discusso essa que fizemos anteriormente nesse trabalho com alguns autores: Jodelet (1993), Moscovici (2010), Silva (2014), Arruda (2002), entre outros. E entendemos essas representações como construções no universo consensual (ARRUDA, 2002).

A sexta e última dimensão, a política, está relacionada nas possibilidades de existência e na prática da cidadania nas relações sociais, ou seja, a existência da exclusão social seria a negação da cidadania (VIEIRA, 2005). Nesse sentido, Santos (2007) nos atenta para o não cidadão, pois a cidadania não está atrelada ao consumismo, mas ao fato de as pessoas terem direitos e necessidades básicas atendidas.

Nascimento (1994) aponta que a nova exclusão social se inicia por grupos desnecessários economicamente. Os novos parâmetros da produtividade permitem que a riqueza cresça, sem crescer a inserção das pessoas no sistema produtivo. (DEMO, 2002)

Entendemos a exclusão social como processo em que cada ruptura leva a outra ruptura, ou seja, a ruptura com o mercado de trabalho causa uma série de não-relações com os serviços básicos, relações afetivas, os familiares, sendo assim, um fenômeno multidimensional CASTEL (1995 *apud* SAWAIA, 2001).

A ruptura acentua as formas de segregação – cultural, espacial, étnica, as desigualdades econômicas, e imateriais. Sendo resultado das desigualdades acentuadas no modo de produção que vivemos atualmente. O conceito de exclusão social está mais

próximo, como oposição, ao de coesão social, ou, como sinal de ruptura, do de vínculo social (NASCIMENTO, 1994).

Segundo Vieira (2005, p.23):

Poderíamos definir exclusão social como um conceito amplo, refletindo um processo complexo de múltiplas dimensões (histórica, política, social, espacial, subjetiva, material, etc), resultante das desigualdades sociais construídas historicamente, sendo, portanto, expressão das contradições do sistema capitalista e não como resultado de fatalidades e, também, um processo dialético ou relacional – só existe exclusão em relação à inclusão.

Problema esse que não pode ser combatido através de assistencialismos. Demo (2002) afirma que a inclusão exige muito mais do que isso, sobretudo, inserção laboral e supremacia da cidadania. O sujeito, dessa forma, não estaria incluído como cidadão. O autor diz que no capitalismo o processo de inclusão social passa pelo mercado.

Demo (2002, p. 44) aponta que na perspectiva capitalista clássica liberal é cada vez mais exigente e fundamental a cidadania competitiva, atrelada ao mercado, para evitar a cidadania política questionadora do sistema como tal. O problema da competitividade é quem nem todos têm condições de competir. Sobre isso, Nascimento (1994) salienta que a inserção no mundo do trabalho formal, industrial, possibilita ao indivíduo o ingresso no espaço cidadão, aprisionando na exclusão os restantes.

Martins (1997) propõe pensarmos em incluídos precários. Nesse sentido, podemos compreender como inclusão precária se entendermos apenas na lógica do mercado, ou seja, estão incluídos no mercado de trabalho, mesmo sendo explorados e desvalorizados, mas como o pouco que possuem podem consumir mais produtos, pois sua precariedade interfere no processo de produção de mercadorias e reprodução do capital. Mas, no caso dos catadores de materiais recicláveis, o mesmo trabalho que lhe dá a oportunidade de estar inserido no mercado é a condição de exclusão e invisibilidade.

A exclusão também é analisada através da privação ao acesso a algo que pretendemos alcançar. Como é um processo, entendemos que uma privação desencadeia em outras privações. Todos podem ser tocados pela exclusão, mas é claro que este risco é desigualmente repartido (DEMO, 2002).

Ela também pode ser sentida através de preconceitos com o que se faz, a forma como se veste, pelo que possuímos – temos que andar na moda – o local em que trabalhamos, estudamos, frequentamos, moramos, etc. Segundo Sawaia (2001, p.98):

É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Mas ele não é uma mônada responsável pela sua situação social e capaz de, por si mesmo superá-la. É o indivíduo que sofre, porém esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente.

O trabalho de catação de recicláveis é tido na sociedade como um trabalho subalterno em que o indivíduo só o faz quando não tem mais saída. A condição de excluído é-lhe imputada do exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente (NASCIMENTO, 1994).

A exclusão social, não como discriminação social, mas como expulsão do espaço de iguais ou não-reconhecimento de direitos a outros, considerando-os como não-semelhantes, é uma ameaça à modernidade, pois, inseridos neste processo, os indivíduos tornam-se, em primeiro lugar, desnecessários economicamente. Perdem qualquer função produtiva e passam a se constituir em um peso econômico para a sociedade (do mundo do trabalho) e para o governo (NASCIMENTO, 1994).

Uns são notados, outros não. O que acreditamos ser bonito prende nossa atenção, o restante não é notado. O catador não é visto, desempenha uma função que ninguém se espelha em ser um dia, nenhuma mãe diz que seu filho vai catar materiais recicláveis, a não ser que ele não estude, sempre dizem.

O catador é excluído pelo trabalho que tem, mas antes disso já foi excluído em todas as outras dimensões (econômica, política, social, cultural, histórica e de representação social), pois para chegar ao nível de trabalho que desempenha e enfrentar os preconceitos da sociedade já provou muitas rupturas. Conforme Costa (1998) são pessoas destituídas de poder: econômico, social, cultural, espacial, etc. Portanto são privados desses poderes.

A exclusão causa perdas importantes como: autoestima, identidade social, confiança, esperança, etc; vínculos são quebrados e junto com eles os sonhos. O indivíduo não se sente pertencente à sociedade. Nascimento (1994) diz que os excluídos não são apenas objeto de discriminação social. Aos poucos passam a ser percebidos

como indivíduos socialmente ameaçantes e, por isso mesmo, passíveis de serem eliminados.

Subjetividades que também podem ser sentidas com o tipo de trabalho que venham desempenhar, pois algo que traga certo desconforto perante a sociedade ocasiona essas mesmas perdas.

O processo de exclusão é materializado no trabalho de catação de materiais recicláveis. Os catadores, contraditoriamente, se tornam visíveis quando notamos que são pessoas excluídas socialmente. A exclusão social só faz aumentar, enquanto a riqueza, pelo menos por enquanto, não para de crescer (DEMO, 2002).

Gonçalves (2006, p. 43) aponta que:

Nesse trágico espetáculo em que seres humanos têm como única saída para continuar obtendo uma renda que lhes permita sobreviver minimamente, garimpar, vender, comer e misturar-se ao lixo produzido por outros seres humanos, por mais difícil que possa parecer, ganha na atualidade grandes dimensões e, ao mesmo tempo, uma “invisibilidade” no tecido social construído pela sociedade do capital.

Como já mencionado anteriormente, o catador como elemento principal da cadeia produtiva, por mais importante que seja para a reciclagem, está às margens do processo, precarizado e invisível. E assim deve ser, no discurso.

Pessoas são selecionadas como se fossem materiais descartáveis e que, após serem julgadas, são classificadas como funcionais ou não. O excluído moderno é, assim, um grupo social que se torna economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador, podendo, portanto, ser fisicamente eliminado (NASCIMENTO, 1994).

Segundo Demo (2002, p. 49):

O mercado somente inclui os pobres que apresentam alguma utilidade econômica, por menor que seja ou mesmo na posição de contrapeso para rebaixamento salarial. Não pode provir do mercado qualquer sugestão de solidariedade. O que mais a exclusão social escancara é a luta desigual, a concentração de privilégios, a repartição injusta dos espólios de uma sociedade falida.

A questão da invisibilidade também pode estar ligada a exclusão. Em que a exclusão em uma das dimensões, principalmente a econômica, através do mercado de trabalho formal e, também, o não trabalho, pode acarretar em processos de estigmatização e invisibilidade. Costa (2008, p. 16) salienta:

Trata-se, portanto, de uma forma de violência simbólica e material que vem oprimir cidadãos das classes pobres, na cidade ou no campo. É um fenômeno que, por essa razão, não pode ser suficiente e certamente investigado à distância do oprimido. À distância de quem vive por dentro sua ação corrosiva.

Costa (2008, p. 15) aponta que:

a invisibilidade pública, desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação.

A humilhação social é expressão da desigualdade política, indicando exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito público da iniciativa e da palavra, do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo e da cidade e do governo e do trabalho. Constitui, assim, um problema político (COSTA, 2004).

Situação que deixa o sujeito sentir-se menosprezado, receoso em olhar o outro e não ser correspondido. Que emudece a fala e as algumas palavras que saem não soam com confiança, mas em voz fraca. Os olhares não se cruzam e as palavras não se encontram. É gente que está ali não é coisa, fala. Tem sua autoestima afetada por palavras ou olhares discriminatórios (COSTA, 2004).

Se o homem não aparece como alguém que age e fala, reconhece o mundo, reflete e opina acerca dele, deixou de aparecer como cidadão (COSTA, 2004), pois a própria existência vivida mostra a cada qual que o espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadãos (SANTOS, 2012).

Segundo Costa (2004, p. 108):

Quanto mais “inferiores” os cargos, menos eles vão aparecer. Os garis aparecem lá embaixo: não comandam ninguém, são sempre comandados. Seu cargo é o mais raso. Os garis sentem-se invisíveis. A mesmice dos uniformes encontra eco no discurso, na atitude de cada sujeito, que, na verdade, deixa de sê-lo: veste a roupagem burocrática de sua ocupação, precisa tornar-se objeto. Fica, de fato, invisível.

Os catadores também se sentem invisíveis, pois, durante uma das entrevistas em trabalho de campo na pesquisa de iniciação científica, no ano 2010, um deles relatou sorridente que “um dia eu estava catando e um povo da TV Morena me parou lá na rodoviária e fez umas perguntas pra mim”. “A gente também existe né!?”. “Foi um dos dias mais felizes da minha vida”.

Aparecer e, através de uma câmara, a ser notado, fez surgir um sentimento de importância. Ser útil. O trabalhador desvalorizado tem/teve valor. “A gente também existe né!?” A felicidade esteve em existir para alguém.

Segundo Costa (2008, p.15):

A invisibilidade pública é resultado de um processo histórico de longa duração. Rebaixa a percepção de outrem, especialmente a percepção de alguém vinculado à forma baixa do trabalho assalariado, o trabalho desqualificado, alienado e alienante.

O que brota da percepção de não aparecer para os outros é a sensação de existirmos como coisa, um esvaziamento. Passamos a conta como se fôssemos um item paisagístico. Um poste, uma árvore, uma placa de sinalização de trânsito, um orelhão, uma pessoa em uniforme de gari na atmosfera social: todos parecem valer a mesma coisa (COSTA, 2004).

A invisibilidade pública, condição não natural a que um homem pode ser submetido, forma-se entre “cegos superiores” e “subalternos invisíveis” (COSTA, 2004). A condição de superioridade, que está enraizada em quem possui um trabalho considerado melhor que o outro, é a causa do que o autor denomina, cegueira, e, nesse mesmo processo, invisibiliza os catadores.

Segundo Costa (2008, p. 15):

A cegueira de gente que não vê gente é traumática, causa angústia. A cegueira de gente que não vê gente dispara humilhação. E, mais precisamente, é cegueira política: cegueira de uma classe quanto a outra classe, a classe a serviço da primeira em condições de subordinação.

Catadores e garis, nessa perspectiva, estão sujeitos à invisibilidade. Aos processos de cegueira, de exclusão, de estigmatização e, também, de representação. Estão às sombras da sociedade. Segundo Costa (2004, p. 157):

Os humanos desejam aparecer, desejam luz, objetivante, desejam sombra (os garis satisfazem-se quando são notados; sofrem quando são apenas notados como coisas animadas entre coisas inanimadas, sem mistério, sem transcendência, sem pessoa).

Os catadores precisam aparecer, desejam luz. Aparecimento, esse, que pode ser dado através da valorização enquanto trabalhador responsável por recolher o que, de certo modo, não haveria mais utilidade e tornar possível uma reutilização de materiais. Mas principalmente o aparecimento do catador enquanto ser humano (ser social).

A invisibilidade pública, de signo de uma luta social – luta de classes – vem apresentar-se à consciência como fato natural. Não aparece, portanto, como sintoma social, cristalização histórica de relações servis e de espoliação. Ou seja, a invisibilidade pública faz parte do metabolismo do capital. Torna-se padrão, norma de comportamento social (COSTA, 2008).

As relações na sociedade aparecem como coisas dadas, já prontas. O contato cotidiano com a discriminação, o preconceito, a exclusão, as precariedades, o desinteresse dos órgãos públicos, faz agir sobre o pensamento societário como condições naturais ao ser humano ocultando processos históricos e problemas sociais. Costa (2004, p. 161) salienta:

A ideologia interessa à classe dominante. Através dela, a realidade da dominação e exploração não pode ser compreendida como violência; assim sendo, a dominação e a exploração podem adquirir legitimidade. O fato de o trabalhador não recusar a segregação de funções, a baixa remuneração, os serviços degradantes, deve-se, sobretudo, à nefasta informação da ideologia; informações que cancelam verdadeiros motivos históricos e forjam motivos apaziguadores pelos quais uma classe inteira de homens está a alimentar servilmente a outra.

Sendo uma representação de cima para baixo. O mandar e o obedecer. No caso dos catadores o não mandar também é um sinal de dominação, pois a ordem está imposta na maneira como vai trabalhar para sobreviver. Seu fracasso é atribuído a incapacidades próprias como forma de apaziguamento. Segundo Costa (2004, p.161):

A *ideologia* compõe uma cadeia de pensamentos e justificativas que, em termos sociais, amortece a violência. A *ideologia* amortece o entendimento da experiência da *invisibilidade pública* como de uma experiência tremenda de violência.

Costa (2004, p. 161) continua salientando que a ideologia:

é parte integrante dos movimentos mais ou menos conscientes que diluem o sofrimento da invisibilidade pública. Configura-se como força social que instaura uma forma de pensar o mundo que se

constitui, na verdade, como dispositivo para o não pensar. Para operar de maneira tão maciça, a ideologia, fenômeno histórico-cultural característico das sociedades burguesas, encontra e empenha motivações e processos também psicológicos.

Com isso compreendemos que tanto a exclusão quanto a invisibilidade são processos presentes nas vidas dos catadores de recicláveis. Envoltos por processos históricos, econômicos, sociais e de representações sociais.

Processos que se intensificam cada vez mais conforme o aumento da desigualdade social e da pobreza. Alvo disso encontram-se os catadores, que estão a cada dia que passa mais distante do mercado de trabalho formal e dos direitos sociais.

Adiante relataremos como está organizada a política de coleta seletiva em Dourados, como se estrutura a AGECOLD (Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados) e um breve relato de dois catadores de recicláveis autônomos, que trabalham individualmente nas ruas de Dourados. A invisibilidade, a precariedade e a exclusão também estão inseridos no cotidiano dessas organizações e principalmente na dos catadores.

2.1. Como está organizada a Coleta Seletiva, a AGECOLD e a situação dos catadores de materiais recicláveis em Dourados.

Através da realização de trabalhos de campo pudemos compreender como está (des)organizado o trabalho de coleta seletiva (realizado pela empresa Financial), a Associação de Agentes Ecológicos de Dourados (AGECOLD) e também os catadores que tem importante função no processo de reciclagem. Com isso tentaremos explicar como se dá o funcionamento desses três elementos no município.

Em entrevista junto à empresa responsável pela coleta seletiva no município, a Financial, podemos compreender como a coleta seletiva em Dourados é realizada. Sendo essa uma empresa terceirizada, contratada pela Prefeitura, com sede no aterro sanitário do município.

O discurso adotado pela empresa foi de que a coleta seletiva no município estaria presente em todos os bairros. Segundo a empresa, em 2012, foram entregues panfletos, sacos de lixo para a separação dos materiais recicláveis e anúncios com carro de som. A empresa atribuiu o fracasso da política à população, pois defenderam a ideia de que o caminhão passava e o lixo recolhido encontrava-se misturado com os materiais recicláveis dentro dos sacos entregues pela empresa.

Podemos notar que o discurso isenta o poder público municipal e mesmo a empresa de cumprir com o seu dever em relação à coleta seletiva e culpabiliza a população pelo seu fracasso na cidade, quando na realidade, Dourados, que possui desde 2011, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, que pela lei 12.305 obriga o município a estabelecer sistema de coleta seletiva, apresenta essa política em algumas áreas.

De acordo com a Lei Federal 12.305 de 02/08/2010 que aborda a Política Nacional de Resíduos Sólidos e também questões relacionadas aos resíduos recicláveis, cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, no artigo 6º, citado por Melo (2012, p. 21), traz os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, sendo destacados:

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

Nos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos também se destacam o incentivo à coleta seletiva, à reciclagem e a inclusão social dos catadores, conforme disposto no artigo 7º, nos parágrafos VI e XII:

VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Para tanto, o artigo 8º, nos parágrafos III, IV e VI define os instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, dentre os quais ressaltamos:

III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

Conforme disposto no artigo 9º da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que trata das diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos, enfatizando a gestão e o gerenciamento dos resíduos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não

geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

O artigo 18 institui a elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. Salientando que são priorizados no acesso aos recursos da União os órgãos que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Levando em consideração que o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, o artigo 19, tem que ter conteúdos mínimos como o destacado:

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver.

Para atingir esses e outros objetivos destacaremos o Art. 9º, 10º, 11º e o 12º do decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o qual estabelece normas para execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

Art. 9º A coleta seletiva dar-se-á mediante a segregação prévia dos resíduos sólidos, conforme sua constituição ou composição.

§ 1º A implantação do sistema de coleta seletiva é instrumento essencial para se atingir a meta de disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, conforme disposto no art. 54 da Lei nº 12.305, de 2010.

§ 2º O sistema de coleta seletiva será implantado pelo titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e deverá estabelecer, no mínimo, a separação de resíduos secos e úmidos e, progressivamente, ser estendido à separação dos resíduos secos em suas parcelas específicas, segundo metas estabelecidas nos respectivos planos.

§ 3º Para o atendimento ao disposto neste artigo, os geradores de resíduos sólidos deverão segregá-los e disponibilizá-los adequadamente, na forma estabelecida pelo titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Art. 10. Os titulares do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, em sua área de abrangência, definirão os procedimentos para o acondicionamento adequado e disponibilização dos resíduos sólidos objetos da coleta seletiva.

Art. 11. O sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

Art. 12. A coleta seletiva poderá ser implementada sem prejuízo da implantação de sistemas de logística reversa.

Neste contexto diante da lei nº 12.305, de Agosto de 2010 e do decreto nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010 que regulamenta a lei citada, esperamos que prevaleça o interesse público tendo em vista o bem comum e a execução das normas estabelecidas, de maneira a dar sustentabilidade aos programas de coleta seletiva e às cooperativas e associações de catadores, com infraestrutura para realização do trabalho e rendimento justo.

Entretanto, em Dourados, observamos alguns problemas relacionados à Coleta Seletiva do município. Ela não está presente em todos os bairros. A partir de informações obtidas junto aos moradores, a divulgação acerca da coleta seletiva foi realizada em apenas alguns bairros localizados na porção norte da cidade.

Há um grande desinteresse do poder público municipal e da empresa responsável pela coleta seletiva no município. Contudo, para camuflar este desinteresse, foram selecionados alguns bairros para a coleta seletiva e grande parte do perímetro urbano, principalmente os bairros periféricos da classe trabalhadora do município, não foram contemplados.

Os bairros onde a coleta seletiva é realizada localizam-se na porção norte da cidade de Dourados, mais especificamente, nos bairros BNH 1º, 2º e 3º planos, Jardim Europa e adjacências, Portal de Dourados. Há, ainda, algumas empresas credenciadas junto a empresa Finacial.

A coleta seletiva é realizada de segunda a sábado, na qual a empresa conta com um caminhão com um motorista e dois funcionários especializados na área. A média recolhida por dia é de 1300 a 1500 quilos de materiais recicláveis. A empresa diz que não separa o lixo, apenas coleta o que os bairros e empresas credenciadas separam, e entrega diretamente a AGECOLD.

A reclamação da diretora da AGECOLD está justamente na forma em que o material é entregue na associação. Muitos recicláveis são misturados com o lixo o que acarreta em perda de tempo e, principalmente, de materiais. Podemos notar uma falta de interesse em relação a coleta seletiva, pois o discurso de falta de infraestrutura da empresa, que atualmente conta somente com um caminhão para realizar a tarefa, é contraditório ao possuir mais de cinco caminhões para a coleta de lixo domiciliar.

A empresa coleta, em média, 220 toneladas de lixo domiciliar por dia. O pagamento é realizado pela prefeitura junto a empresa Financial por quilo, tanto do lixo domiciliar quanto dos reciclados. A coleta seletiva vai diretamente para a AGECOLD e o lixo domiciliar é depositado no aterro sanitário do município.

Em suma, encontramos sempre o mesmo discurso e efeitos de exclusão capitalista. A empresa, com respaldo do poder público municipal de Dourados, selecionou os bairros nobres para serem atendidos pela política de coleta seletiva e, aos excluídos foram atribuídas culpas por não serem capazes de atender o que “havia sido pedido pela empresa”.

Ocorre, portanto, uma desorganização para efetuação da política de coleta seletiva em que a falta de infraestrutura e a incapacidade de sujeitos são as repostas para ocultar processos de exclusão e a falta de interesse tanto do poder público municipal quanto da empresa responsável pela coleta. Mostrando que há o descumprimento da lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, citada anteriormente.

A prioridade na criação e manutenção de cooperativas e associações também é algo precário no município. Ao analisarmos as formas de trabalho e o salário dos associados, que está relacionado a quantidade de materiais recicláveis entregues na associação, verificamos que essa política no município não ocorre como deveria.

Para compreendermos como segue a cadeia de reciclagem em Dourados iremos apresentar como está organizada a AGECOLD no município. Dentre suas dificuldades, está um trabalho muito importante para a sociedade, porém, invisível.

2.2. AGECOLD (Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados)

A AGECOLD iniciou suas atividades em 2001, numa estrutura de cooperativa que, na prática, não se concretizou, como Cooperativa de Catadores de Recicláveis de Dourados (COOPECARD), com sede no bairro BNH 4º Plano. Em 2003, após enfrentar

alguns problemas políticos, jurídicos e financeiros a COOPERCARD transformou-se em uma associação e se transferiu para o Jardim Del Rey, local onde atualmente está instalada. Alguns associados eram os mesmos que formavam a COOPECARD. Segundo Melo (2012, p. 42):

Com o passar dos meses e sem alcançar um rendimento satisfatório a maior parte dos trabalhadores retornou ao trabalho individual, o que inviabilizou a existência da COOPERCARD, já que juridicamente o grupo que permaneceu não poderia continuar enquadrado como cooperativa. Desta forma, passou a condição de Associação para continuar existindo juridicamente, fundou-se então a Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados - AGECOLD. O grupo fez o movimento inverso ao que tem ocorrido com os catadores organizados, que é transformar Associação em Cooperativa.

A mudança também ocorreu porque o barracão em que estava situada a COOPECARD era um espaço alugado. A prefeitura construiu o barracão onde atualmente está localizada a AGECOLD. A associação conta com dois funcionários da prefeitura que atuam na secretaria da Agricultura (trabalham com a parte burocrática da associação) e doze associados que realizam o trabalho no barracão. As dificuldades enfrentadas diariamente foram relatadas em entrevistas e podemos ver com a visita a associação.

A prefeitura tem uma parceria com a associação doando os materiais recicláveis que são coletados pela Financeira. Paga as despesas de água e luz da associação. Porém, as dificuldades, conforme apresentadas em entrevistas, ainda são enormes. A precariedade do trabalho, a falta de proteção à saúde, o baixo renda, apresentam-se como reflexos da desorganização e invisibilidade da associação.

Segundo a diretora da AGECOLD, Maria Lúcia, o problema começa com o preço dos materiais que são muito baixos e continuam com a estrutura do local, como podemos analisar na figura 3.



Fig. 3: Barracão da AGECOLD
Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

O espaço não consegue comportar todos os materiais que lá chegam. O caminhão da Financial entrega duas vezes ao dia, além de alguns moradores, que ficam sabendo da associação, também levam o material. Fora do barracão estão materiais em PVC, que não podem ser dobrados nem prensados, conforme ocorrem com o papel, papelão, plástico e alumínio.

A associação recebe uma quantidade razoável, cerca de 1300 a 1500 quilos por dia, de coleta seletiva dos bairros e empresas cadastradas, conforme citado anteriormente, mas ainda sim vem muito lixo que é úmido e não reciclável, que também gera problemas, pois se nas coletas seletivas viessem só os reciclados seria mais prático para a separação.

O trabalho dentro do barracão se inicia com a chegada do caminhão (figura 4), que descarrega o material, espalhando-o no chão e os trabalhadores começam a separação dos materiais. Dois trabalham na prensa e o restante vai para separação dos materiais onde são retirados as garrafas plásticas, o papelão, o alumínio e os plásticos finos.

Se houvesse um sistema de triagem mecanizada, através de uma estrutura de esteiras automatizadas, em que os materiais fossem separados por tamanho, por meio de um mecanismo semelhante a uma peneira, os associados teriam menos trabalho e mais produtividade. Estariam menos expostos aos riscos de se ferirem com alguns materiais cortantes e/ou perfurantes.



Fig. 4: Materiais recicláveis espalhados pelo chão.
Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

Depois, vem a segunda separação, das garrafas, que são selecionadas a partir da qualidade que apresentam. A diretora explica como é feito o trabalho nesta segunda etapa:

as garrafas Pet separadas as brancas da verde, as garrafinhas d'água, as coloridas, detergente, as brancas da mesma forma. O que é balde, bacia vai em plástico duro. E assim adiante é o nosso trabalho de todos os dias. Aqui nós entramos às 07:00 e saímos às 17:00 horas, com duas horas de almoço, de segunda a sexta. E aos sábados das 07:00 às 11:00 horas.

A renda dos catadores é relativa à quantidade de material que recebem, pois quanto mais recebem e separam, maior será o pagamento. Algo que não é fixo tendo uma renda média mensal de R\$700,00 a R\$800,00 reais para cada associado, pois o dinheiro da venda dos materiais é dividido em partes iguais para cada associado (atualmente doze).

Como enviam o material para Campo Grande, via terceiros, às vezes o fechamento da carga demora um pouco até atingir o peso necessário, pois tem uma quantidade de material necessária para que a carga esteja completa. A quantidade de

material vendido influencia diretamente no pagamento dos associados, ou seja, quanto mais material conseguem mandar, maior será o pagamento.

Nem tudo que chega a associação pode ser aproveitado, pois alguns plásticos e algumas caixas de papel, principalmente as que possuem outro material envolto em sua composição para conservação dos produtos, não servem para a indústria da reciclagem, ocorrendo perdas significativas em materiais.

A reclamação se dá sobre o preço do frete, que gira em torno de R\$700,00, que é considerado caro pelos integrantes da associação. O caminhão entrega na METAP – Comércio de Sucatas Ltda., em Campo Grande. Em média, conseguem mandar até 70 fardos. Cada carga pronta, de 60 a 70 fardos de plásticos em geral, pesa em média cerca de nove toneladas. A latinha dá uns 70 a 80 quilos por fardo. O papel e papelão dão mais de 200 quilos por fardo. Embora com a prensagem o papelão apresente um peso maior, como o seu preço é baixo, o ganho é bem menor que o de plásticos e alumínio.

Vemos a desvalorização do trabalho dos associados. Primeiro, porque com a estrutura que possuem, sendo extremamente precária, não conseguem mandar grandes quantidades de cargas. Segundo, o tempo que passam no trabalho não é contabilizado no pagamento após a venda do material. Recebem somente pela quantidade de material que conseguem enviar.

Os ganhos econômicos, as ações ambientais e informações midiáticas, invisibilizam essas pessoas que, por necessidade de sobrevivência, são exploradas, mal remuneradas, humilhadas, não recebendo o devido reconhecimento que merecem.

A seguir algumas imagens do trabalho realizado pela AGECOLD.



Fig. 5: Fardos de plástico e caixinhas longa vida.
Fonte: Trabalho de Campo, 2015.



Fig. 6: Separação de papéis.
Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

Na figura 6, podemos notar o catador (Odair) trabalhando com os papéis que, após serem separados pelos outros catadores, irão para a máquina de prensagem, processo final para serem alojados como fardos no barracão.



Fig. 7: máquina de prensagem dos materiais.
Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

As figuras 7 e 8 retratam respectivamente, o catador preparando a máquina de prensagem para inserir os papéis e os fardos já prontos, como na figura 5, com os fardo de garrafas pet prontos para serem embarcados.



Fig. 8: fardos de papéis prensados.
Fonte: Trabalho de Campo, 2015.



Fig. 9: Fardos de papelão prensados.
Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

O papelão (fardos já prensados, na figura 9) é enviado diretamente para a indústria de papelão em São Paulo, porém é vendido para o atravessador, que o entrega à indústria. Carregado o caminhão, com oito toneladas e meia, está pronto para mandar. O material é levado pelo próprio caminhão do atravessador. A associação não consegue vender diretamente para a indústria devido a pequena quantidade de material que envia, não atingindo a cota mínima necessária. O que prejudica o rendimento dos trabalhadores, pois, vendem o produto por um preço mais baixo.

Trabalhadores desvalorizados com ações importantíssimas. Paradoxo que se faz presente na relação desses associados em sociedade. A visibilidade que a associação deveria ter através do seu trabalho, torna-se uma invisibilidade pelo mesmo processo.

A falta de estrutura para trabalhar e para a entrega dos materiais também é um problema sério para a associação, pois, parte dos ganhos com a venda dos materiais é destinado ao pagamento do frete. São essas dificuldades e invisibilidades que fazem dos associados, sujeitos ocultos na sociedade.

A figura 10 mostra o material levado por algumas pessoas que ficam sabendo da associação. Segundo os associados os materiais já são entregues melhor separados.



Fig. 10: Material doado.
Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

Há, também, um projeto de mudar a localidade da associação para uma área fora da cidade, pois o local é úmido e fica perto das residências o que pode vir a ocorrer problemas de saúde. Outra demanda é a necessidade de possuir caminhão próprio, pois muitas pessoas ligam avisando que possuem o material para doação, mas não tem como levar o material até a associação.

Temos com a AGECOLD, ganhos ambientais e sociais de suma importância para o município. Contudo, esses mesmos ganhos apresentam perdas para os associados. Sua importância está oculta no que as representações julgam desimportantes.

A diretora da associação sonha com um futuro melhor nas condições de trabalho e que seus filhos e netos continuem cuidando da associação, reconhece que é um trabalho bom para a cidade, mas que não é reconhecido. Precisa da ajuda de políticas e na própria doação de um material melhor separado. O que pouparia tempo e ocupava os catadores em outras funções.

Assim como os catadores que desempenham a catação nas ruas e conseguem enxergar a importância do seu trabalho, ela, assim como eles, sente a desvalorização que encontram por desempenhar uma atividade subalterna.

Muito material que poderia ser reciclado vai para o aterro que já não está mais comportando tanto lixo. Se colocar numa sacola o que se recicla e o que não se recicla o volume de reciclados seria muito maior.

Os preços dos resíduos, dados recolhidos junto à associação em agosto de 2015, que são vendidos para o atravessador são: Garrafas Pet R\$ 1,50, latinhas de alumínio são vendidas a R\$ 2,80, o papelão sai em média 0,25 centavos. Todos os materiais são vendidos por quilo.

Estão ocultos, dentro de um barracão com condições mínimas de trabalho. Sujeitos que se misturam em meio aos materiais misturados a pequenas quantidades de lixo, mas que estão expostos a problemas de saúde.

Todo o material de coleta seletiva do município passa pelas mãos desses trabalhadores. Muito trabalho e pouco dinheiro se comparados com os ganhos socioambientais.

As dificuldades presentes não afetam a maneira como tratar as pessoas, pois sempre gentis e dispostos a ajudar quem precisa. Os associados estão sempre se ajudando e dessa forma contribuem de forma significativa para a sociedade.

A AGECOLD necessita de políticas que valorizem seu trabalho. Os bairros não selecionados também estão passíveis de políticas que venham agregar importância a sua comunidade. A invisibilidade está onde há exclusão. E onde há exclusão há também processos de invisibilidade. Portanto, a AGECOLD e os catadores de recicláveis são sujeitos passivos desses processos.

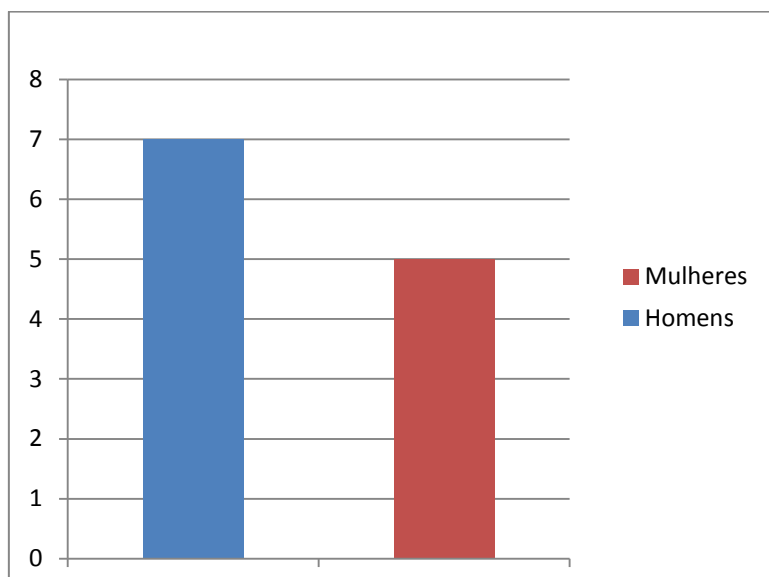
2.3. – Os invisíveis da Agecold

Catadores, pais e mães de família, trabalhadores, passam a maior parte do dia dentro de um barracão. Nem todos da sociedade sabem de sua existência, mas, estão ali, trabalhando na precariedade que a atividade está envolvida. São 12 histórias, cada qual com sua especificidade, sonhos e sofrimentos.

Com o objetivo de torná-los visíveis caracterizaremos, a seguir, os trabalhadores através de dados que foram colhidos através de questionários respondidos por cada associado, comparando com os dados obtidos em 2011 por Melo (2012) no estudo da associação.

Atualmente, dos 12 trabalhadores da Agecold, 7 são homens e 5 são mulheres, como aponta o gráfico 1. Em contrapartida, em 2011, a associação contava com 10 mulheres e 3 homens (MELO, 2012). Ou seja, há uma instabilidade e uma rotatividade muito grande entre os integrantes da associação, o que pode ser apontado como um dos elementos negativos para sua consolidação e a não formação de uma cooperativa.

Gráfico 1 –Trabalhadores da AGECOLD – divisão por gênero



Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

Apesar de a quantidade de homens ser maior que a de mulheres, os trabalhos de triagem, separação e prensagem desempenhados na AGECOLD, são desempenhados igualmente por todos. A exceção é a hora de amarrar a carga de papelão com o arame em que os homens ficam responsáveis. Ou seja, não há uma hierarquização de gênero nas atividades dos associados.

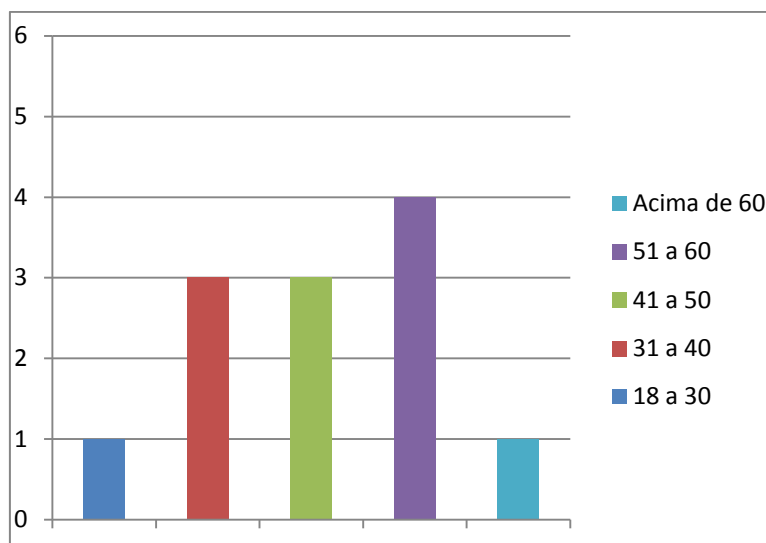
Em entrevista com a diretora⁶ da associação, a única associada presente desde a formação, em 2001, até os dias de hoje, foi constatado que nem sempre o número de associados permanece o mesmo, pois a entrada e saída de trabalhadores é constante, devido, principalmente, a precariedade do trabalho e a baixa remuneração mensal que depende da quantidade de material encaminhado para a venda. Ou seja, a invisibilidade e a exclusão tornam a AGECOLD uma associação fragilizada, que não se consolida, a exemplo de outras cooperativas em outras localidades.

As pessoas que procuram a Agecold em busca de trabalho, geralmente ficam sabendo por algum conhecido e por panfletos entregues nas residências, que a associação está precisando de trabalhadores. É realizado um cadastro dos interessados e na medida em que alguns associados vão saindo, as pessoas cadastradas vão sendo chamadas.

⁶ Maria Lúcia, atual diretora da Agecold, desempenha as mesmas funções e ganha recebe o mesmo valor dos outros onze associados. O “cargo” de diretora lhe é concedido por ser a trabalhadora a mais tempo na associação e a torna uma espécie de “relações públicas” do grupo.

No que diz respeito à faixa etária (gráfico 2) desses trabalhadores, quatro deles têm entre 51 a 60 anos e um acima dos 60 anos, ou seja, pessoas com uma idade avançada, que não encontram mais empregos no mercado formal de trabalho ou estão sendo descartadas dele, diferentemente dos dados de 2011, quando Melo (2012) detectou que a maior parte dos associados (cinco), estavam entre 18-30 anos e entre 41-50 (quatro).

Gráfico 2 – Trabalhadores da AGECOLD - faixa etária



Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

Podemos notar, também, que temos mais sete trabalhadores classificados entre a população economicamente ativa, sendo que três deles estão na faixa etária de 31 a 40 anos e outros três na faixa etária de 41 a 50 anos, além de um trabalhador com 18 anos de idade, revelando que o desemprego formal atinge trabalhadores de diferentes idades.

Nada longe das ocupações anteriores: trabalhadores braçais, domésticas, ajudante de pedreiro, atendente, trabalhos em usina. Somente dois eram registrados. Estas informações demonstram que os trabalhadores da AGECOLD, em sua maioria, sempre estiveram e permanecem na situação de precariedade e de exclusão do mercado formal de trabalho.

O trabalhador com idade acima dos 60 anos é um senhor que, devido as condições físicas, não aguenta mais realizar o trabalho braçal (limpeza de terrenos, ajudante de pedreiro) que realizava antes e, há oito anos, faz da catação sua fonte de renda, ao contrário da maioria dos outros catadores, que estão há alguns meses,

Melo (2012) relata que em 2011, a associação contava com três catadores acima dos 50 anos, sinalizando o desemprego para pessoas mais experientes e mostrando o descarte do mercado de trabalho formal.

Catadores que chegaram a AGEKOLD através de informações, principalmente de vizinhos, sobre a disponibilidade de trabalho na associação e falta de opções no mercado formal, devido à falta de capacitação. Há, também, dois catadores que cumprem pena no regime semiaberto de Dourados e, a partir disso, realizam seus expedientes na associação e, a noite, retornam ao presídio.

Dessa forma, estão vulneráveis aos preconceitos e a exclusão, mas, na associação, isso não ocorre, pois podemos perceber através do contato com eles que são tratados da mesma forma que os outros.

O catador mais jovem, com 18 anos de idade, e baixa escolaridade, relatou que não consegue encontrar emprego e que a associação é o único lugar que lhe propicia trabalho, mas, almeja outras oportunidades e que vai tentar realizar cursos técnicos na área de informática e eletricitista para possíveis empregos.

O jovem e outros dez trabalhadores possuem apenas o ensino fundamental incompleto (tabela 1). A maioria não vislumbra frequentar cursos técnicos, pois, segundo os relatos acreditam no crescimento da cooperativa. A exceção é uma associada, que possui ensino médio completo e diz estar na associação por falta de outra atividade remunerada no momento.

Tabela 1 – Grau de escolaridade dos membros da AGEKOLD, 2015.

	Homens	Mulheres	Total
Analfabeto	-	-	-
Ensino Fundamental Incompleto	7	4	11
Ensino Fundamental Completo	-	-	-
Ensino Médio Completo	-	1	1

Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

Interessante notar que o discurso pela permanência da maioria na AGEKOLD está na perspectiva de crescimento/desenvolvimento da associação. Contudo, contraditoriamente, quando analisamos os questionários, grande parte dos associados tem menos de 1 ano de trabalho na associação, com alguns chegando a ter de 2 a 3

meses apenas, resultado do que relata a diretora Maria Lúcia: “quando sentem que estão ganhando pouco, eles simplesmente abandonam a associação”.

A precariedade desse trabalho pode ser entendida conforme salienta Melo (2012, p. 61):

Entre os elementos que marcam esse nível de precariedade podemos ressaltar o baixo rendimento, falta de infraestrutura para realização do trabalho, uma rotatividade muito grande dos trabalhadores, o que impede uma formação mais intensa e continuada deste grupo de trabalhadores catadores, contribuindo para uma (des)organização política e de trabalho, que contribui para que haja uma variabilidade na renda obtida, considerada como sendo distante do ideal para a reprodução destes trabalhadores.

Dificuldades que poderiam ser amenizadas ou solucionadas através de uma melhor organização política na própria associação e, principalmente, a partir de incentivos do Poder Público Municipal que, implementando a coleta seletiva em todos os bairros do município, além de aumentar a reciclagem, beneficiariam os catadores aumentando suas rendas, conforme demonstra o trabalho de Gonçalves (2006).

Estas iniciativas, possibilitariam, ainda, melhorias estruturais na associação (caminhão próprio, pontos de coleta, esteira mecânica para separação, etc.), numa perspectiva da constituição de uma cooperativa, podendo realizar vendas diretas às indústrias, sem atravessadores, e viabilizar a formalização dos trabalhadores, minimizando a exclusão, a precarização do trabalho, tornando-os menos invisíveis, como afirma Gonçalves (2006, p. 206), a analisar a infraestrutura de uma cooperativa de Presidente Prudente:

A utilização do maquinário permitiu ainda a otimização dos processos de trabalho dentro do barracão, gerando um melhor aproveitamento do tempo e do rendimento das atividades desenvolvidas na cooperativa, o que refletiu diretamente na quantidade e na qualidade de materiais a serem comercializados, possibilitando um pequeno aumento na renda dos trabalhadores.

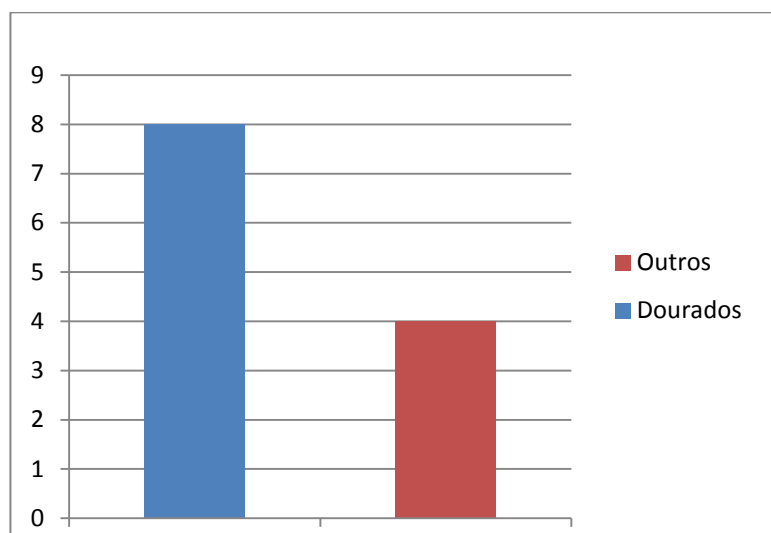
Gonçalves (2006, p. 206) continua apontando que:

O uso da esteira no processo de triagem, por exemplo, permitiu uma separação mais aprimorada dos tipos de resíduo, evitando também as perdas que anteriormente ocorriam. O enfardamento destes permitiu o melhor aproveitamento do espaço no barracão e um melhor preço no momento da comercialização, já que houve, aí, a otimização e diminuição dos custos com o transporte das mercadorias.

Dessa forma, podemos concluir que se a AGECCOLD tivesse as mesmas estruturas, as condições de trabalho seriam, inequivocamente, melhoradas, diminuindo o tempo que gastam com a separação do material, atrelado a isso, o aumento de material separado diariamente e melhor tipificação dos materiais, o que influenciaria diretamente no aumento da renda dos catadores.

Outro levantamento que realizamos foi sobre a origem dos catadores, na tentativa de compreendermos, em relação aos imigrantes, o motivo que os levaram a deixar a terra natal para se instalarem no município douradense (gráfico 3).

Gráfico 3 – Origem dos catadores da AGECCOLD, 2015.



Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

O gráfico nos mostra que, dos doze associados, oito são douradenses. Os outros quatro são oriundos de Pernambuco, Alagoas, Paraná e Minas Gerais. Todos os entrevistados revelaram que a migração se deu por conta da busca de uma vida economicamente melhor.

Ressaltamos, ainda, que um dos associados, de origem sul-mato-grossense é indígena e morador na aldeia Jaguapirú e foi encaminhado pelo semiaberto em busca de reabilitação através do trabalho na catação.

Nota-se então, ao compararmos com os dados de Melo (2012), que a cada ano a AGECCOLD apresenta uma configuração diferente de trabalhadores catadores, pois em 2011 a maior parte dos associados eram mulheres; prevalecia a faixa etária entre os 18 e 30 anos, com apenas o grau de escolaridade da maioria permanecendo no ensino fundamental incompleto.

Com os questionários aplicados em 2015 constatamos algumas diferenças sobre a composição dos membros da associação. A maior parte são homens, prevalecendo a faixa etária entre 41-50 anos, sendo que o grau de escolaridade da maior parte, ensino fundamental incompleto.

Além dessas comparações, atentamos para a origem dos associados, sendo a grande maioria do próprio município de Dourados. Ao analisarmos os dois conjuntos de trabalhadores, os citados por Melo (2012) e o atualmente, constatamos que a maioria apresenta ensino fundamental incompleto sem especializações ou cursos profissionalizantes, tendo apenas uma associada com ensino médio completo.

Contudo, o problema de infraestrutura, de renda e de precarização, continuam os mesmos.

2.3.1 Catadores autônomos

Homem, mulher, idoso, idosa, catadores. Lá vem o (a) catador (a) puxando seu carrinho e parando sobre a cidade em movimento. Automóveis, trânsito, faróis, buzinas, alarmes disparados. Pessoas se deslocando de um lado para outro, vez ou outra um acidente em algum cruzamento, falta de atenção e pressa de mais.

2.3.2 Catador 1

Faz calor em Dourados, agosto de 2015. O catador continua e para novamente, dessa vez em frente a uma funerária, o movimento na cidade continua. Ele para e bate palmas. Nesse momento chega alguém e o cumprimenta com um bom dia pegando em sua mão. Mãos sujas de um trabalho que mexe com materiais às vezes limpo, mas geralmente sujos.

Ele fala que parou ali porque tem uma moça que um dia lhe ofereceu um café e não são todos os dias que alguém oferece algo assim, de graça. Risos. O catador foi narrando sua história. Disse que trabalhou a vida toda fazendo bicos, principalmente em Cuiabá (MT), assentava tijolos, limpava terrenos, realizava serviços que aparecia na comunidade. Lá ele frequentava uma casa de apoio, comia, dormia e desempenhava serviços. O que o incomodava era a organização do local, principalmente os horários de saída e chegada. Através de narrativas que reconstruímos nossas identidades (CARVALHO, 2003).

O que me faz lembrar a música “Cidadão” de Lúcio Barbosa interpretada pelo cantor Zé Ramalho que diz:

*Tá vendo aquele edifício moço
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição, era quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar
Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz desconfiado
"Tu tá aí admirado ou tá querendo roubar"
Meu domingo tá perdido, vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio que eu ajudei a fazer
Tá vendo aquele colégio moço
Eu também trabalhei lá
Lá eu quase me arrebento
Fiz a massa, pus cimento, ajudei a rebocar
Minha filha inocente veio pra mim toda contente
"Pai vou me matricular"
Mas me diz um cidadão:
"Criança de pé no chão aqui não pode estudar"
Essa dor doeu mais forte
Porque que eu deixei o norte
Eu me pus a me dizer
Lá a seca castigava, mas o pouco que eu plantava
Tinha direito a colher
Tá vendo aquela igreja moço, onde o padre diz amém
Pus o sino e o badalo, enchi minha mão de calo
Lá eu trabalhei também
Lá foi que valeu a pena, tem quermesse, tem novena
E o padre me deixa entrar*

Foi lá que Cristo me disse:

"Rapaz deixe de tolice, não se deixe amedrontar

Fui eu quem criou a terra

Enchi o rio, fiz a serra, não deixei nada faltar

Hoje o homem criou asas e na maioria das casas

Eu também não posso entrar.

Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados, publicizados, como os *playgrounds* ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais (SANTOS, 2012).

A construção que o catador ajudou a fazer quando ainda estava em Cuiabá talvez não lhe dê direito de adentrá-la. As privações que são narradas na letra da música fazem parte da maioria dos trabalhadores, pedreiros, que trabalham na construção civil. Até a colocação de um portão ou porta a passagem está liberada, depois, difícil.

Dificuldades que o fizeram mudar para Dourados, não se lembra do ano da migração, aqui continua desempenhando os bicos, mas começou a catar recicláveis. O motivo, diz ele, foi não ter tido a oportunidade de estudo. O catador cata principalmente latinhas, pois os outros materiais ele disse que não compensa devido ao peso que teria que puxar no carrinho e os preços são muito baixos.

O carrinho, ele disse que ganhou de uns amigos. Ter ajuda em uma sociedade individualista é privilégio de poucos, ainda mais por ter conseguido sua ferramenta de trabalho o que ajuda a se manter diariamente.

O catador é mais uma vítima de exclusão social e do mercado de trabalho formal, em que seu sustento está nas informalidades. Ele vê seu trabalho como importante para a sociedade, pois segundo ele está limpando as casas das pessoas. O catador bate palmas nas casas e pergunta se têm as latinhas, outras ele encontra nas lixeiras e nas ruas.

Reclama do seu trabalho não ser valorizado, principalmente pelo preço que pagam pelas latas. E também que mesmo as pessoas que não precisam estão juntando latinhas para vender. Disse que ganha R\$60 por mês vendendo o material que cata para

a Jota Jota, empresa que realiza a compra de sucatas no município, e mora de aluguel em uma kitinet, pagando o restante com os bicos que faz. Disse que sempre dá um jeito.

Os que vivem em nossas casas improvisadas, nas pontas de rua ou se acotovelam em cortiços, os que vivem o dia-a-dia da ocupação provisória ou mal paga, os que não têm um amanhã programado, são, afinal, os que têm direito à esperança como direito e ao sonho como dever (SANTOS, 2012).

A venda dos materiais mal dá para pagar o aluguel da kitinet. Porém, o sorriso no rosto e a fé em Deus, pois sempre evocou Seu nome nas falas, são expressões que acompanham as pessoas humildes na esperança de um amanhã melhor que hoje.

O que está oculto na conversa e na interpretação do catador é o problema que ele descreve “as pessoas que não precisam estão juntando latinhas para vender”. Sabemos que o problema é bem maior e mais complexo que isso. Não consegue ver o processo que o exclui e faz precisar sobreviver através da catação.

A sensação de estar limpando as casas, retirando o que seria lixo, um processo realizado por catadores através da catação e também por garis que varrem as ruas, cortam as gramas e podam as árvores da cidade nem sempre é visto pela sociedade. Os lugares podem nos parecer limpos por natureza (COSTA, 2004).

2.3.3 Catador 2

Um dia chuvoso, outro dia de agosto de 2015, quase não há catadores de recicláveis nas ruas o que causa prejuízo nas vendas, pois um dia que quase não rende e o volume de material coletado é bem menor do que se estivesse um dia ensolarado. A chuva cessou e, alguns catadores que sempre estão catando no centro da cidade, começam a aparecer. Dentre eles nosso entrevistado.

Um senhor, já de idade, que utiliza uma bicicleta com garupa para colocar o papelão que vai encontrando nos comércios. Entre uma parada e outra a tentativa de conversa, num primeiro momento, até com certo receio, foi negada pela pressa do catador.

Conforme fomos conversando e aquele primeiro contato que causa estranheza, pois nem todos o procuram para conversar acompanhando o seu trabalho, foi virando uma distração em meio aos papelões que ia amarrando na bicicleta com as próprias fitas que estavam enroladas no material.

Sempre trabalhou na informalidade, era motorista de uma empresa que entregava produtos alimentícios em mercados na região de Dourados. Informalidade porque não era registrado e não teve seus direitos atendidos quando entrou e principalmente quando saiu em mais de vinte anos de firma.

Contou que mesmo quando trabalhava como motorista já catava as caixas de papelão que sobravam após as entregas nos mercados e que o patrão dele guardava os materiais para ele. Mesmo não tendo seus direitos atendidos pelo patrão ainda o elogiou bastante contando que o ajudou bastante sempre que precisou.

O vínculo criado com o patrão, que vez ou outra o ajudava, fez com que o catador não recorresse aos seus direitos. A sensação de gratidão está cristalizada até hoje quando ele narra à história e sorri. Uma boa ação nesse caso serviu para evitar o cumprimento de um dever que não foi feito.

Atualmente aposentado com salário mínimo, o catador que mora com uma filha e o neto precisa do trabalho na catação para complementar sua renda. Problema esse que poderia ter sido evitado se tivesse uma maior contribuição com a previdência, algo que mostra que por falta de informação e talvez desinteresse do patrão tenha afetado diretamente sua forma de viver.

Segundo Gonçalves Filho (2004, p. 47):

Olhar a opressão perto dos oprimidos, perto o bastante para estimar o que se vê do lugar deles. Estimar o que os outros veem nunca será coincidir com os olhos deles. A compreensão mais segura vai sempre depender de ouvi-los. Não pede adesão irrefletida às opiniões do oprimido, mas alguma passagem para o lugar onde forma suas opiniões. Desde então, pede para dali formar minhas opiniões, dali desse lugar que não é meu, não é o lugar do outro, mas um lugar estranho, ao lado de um nativo. Sentar-se ao lado traz conversa entre cidadãos e o gosto pela opinião dos outros. E o fim de conversa é começo de outras. Nem sempre os nativos, para falar, precisam que nos sentemos ao lado deles: mas nós, para ouvi-los, precisamos sempre.

O querer ouvir a opinião do outro, o catador, é o que nos possibilita a compreensão e a formação de novas opiniões. Conversa entre estranhos, porém iguais e com o passar do tempo somente a sensação de iguais. Somos diferentes, por isso somos iguais (COSTA, 2004). O estranho começa a apresentar identificações únicas na forma de falar, nas expressões corporais, no sorriso, no choro, etc.

Conversar de igual para igual é entregar-se, é desarmar-se: nessas horas a gente chega a conhecer algo dos outros, seus signos, seu trabalho, seu sofrimento: é a hora em

que a gente conhece não como quem conhece – é a hora de a gente conhecer com quem ama (GONÇALVES FILHO, 2004).

E, de repente, as latinhas e os papelões que estavam em frente às residências e comércios desaparecem como num truque de mágica. O que os faz invisíveis não anula quem são (COSTA, 2008).

Os catadores e os responsáveis pela coleta seletiva e reciclagem, com quais estivemos em contato nesse período, nos propiciaram conhecimento sobre a reciclagem e, principalmente, experiências necessárias para a compreensão da invisibilidade e exclusão dos catadores e dos associados à AGECCOLD.

As informações obtidas com a pesquisa de campo e com os referenciais teóricos nos fizeram compreender através de outras lentes: da Financial empresa responsável pela coleta seletiva de Dourados, da AGECCOLD e principalmente dos catadores de materiais recicláveis, como está organizado algumas etapas do processo da reciclagem no município.

Conhecimentos de suma importância para nosso trabalho, pois a partir disso, passamos a enxergar às dificuldades, as invisibilidades, as exclusões, de um prisma que transcende as leituras. Fundamentais para toda compreensão e entendimento das problemáticas propostas para o debate.

Mas estar em contato físico e emocional com as pessoas que tornaram possíveis o diálogo, numa tentativa de adentrar o seu mundo é a parte mais fantástica do trabalho. É com esse deslocamento para o mundo do outro que podemos conhecê-los melhor. São distâncias que se aproximam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências adquiridas com as leituras realizadas e com as entrevistas nos fizeram perceber que há várias formas de entender, perceber e viver a cidade, onde cada sujeito constrói sua história de acordo com suas limitações e possibilidades.

As entrevistas realizadas com os doze catadores associados na AGECOLD, mais dois catadores autônomos e com a empresa Financeira, algumas gravadas outras não, foram o cerne para entendermos o que alguns autores propõem para pensarmos. O estudo junto com a pesquisa de campo nos abriram os olhos para o entendimento da exclusão social e, principalmente, da invisibilidade à qual estão submetidos os trabalhadores e trabalhadoras na catação de recicláveis.

O não uso do gravador em algumas falas souu como conversa natural, sem pressão alguma entre entrevistador e entrevistado. Tudo pôde ser aproveitado: as expressões corporais agitadas, o sorriso e as expressões fechadas em alguns momentos, o cheiro, as lembranças que são contadas mexem com a nossa imaginação e parece que também vivemos o momento.

As palavras do catador que citava a todo instante a bíblia, falando sempre em ter fé em Deus, não se misturava com a aflição de estar ali, catando latinhas, se humilhando. Pelo contrário mostrava-se feliz e esperançoso em um amanhã melhor.

Quando nos permitimos uma conversa na qual os dois lados estão dispostos a trocas mútuas de experiências, nós precisamos ouvir muito mais do que falar. Através da fala do outro podemos compreender e nos transportar para a sua história compartilhando sentimentos e conhecimentos.

Em Dourados a boa aparência da cidade com ruas limpas, gramas baixas, árvores podadas, o fluxo de automóveis e pessoas que vivem a cidade está sob o olhar de quem chega. Porém ela – a cidade – também oculta outras relações e pessoas que trabalham diariamente sejam na limpeza da mesma ou em outras atividades subalternas, em busca do pão de cada dia.

Processo de invisibilidade pública. É estar e não estar ao mesmo tempo. A vestimenta, o trabalho, o lugar em que estamos e moramos, são elementos que podem fazer-se notar e podem invisibilizar. Nesse caso os catadores, assim como tantos grupos, vivem sob o não olhar.

Algo que passa por representações sociais de quem deve ser visto e quem deve ser deixado de lado. Por mais que pareçam cristalizadas com a história, elas podem

assim como a identidade ser moldada. Ambas passam por metamorfoses. Porém nem todos podem moldar a representação sobre si.

A identidade negativa, fruto das representações sociais atribuídas a quem trabalha com a catação de material reciclável, não é algo que pode ser mudado facilmente pelos catadores. Porém o mesmo trabalho que os invisibiliza, é o que ajuda na construção da paisagem da cidade através da limpeza e o que mantém a política de reciclagem. O sujeito principal da atividade é o que menos aparece.

Função que diminuiria o lucro da indústria caso tivesse que desempenhá-la. É justamente esse trabalho mal pago a fonte de lucratividade e o reconhecimento de uma ação de política ambiental, que não deixa de ser importante para a sociedade. Embora saibamos que a verdadeira intenção está nos ganhos econômicos.

A identidade aqui compreendida como processo mutável, algo nunca acabado. Construída a partir da alteridade do outro sendo, portanto, construída sobre o processo de identificação/diferenciação através das experiências cotidianas.

Ela, sendo construída através do trabalho, permite selecionar estabelecidos e outsiders, conforme o espaço de atuação, ou seja, os associados dentro da Agecold são estabelecidos, pois no local de trabalho possuem vínculos com outras pessoas. Mas, ao mesmo tempo, são outsiders para os que estão fora. O mesmo processo ocorre com os indígenas em suas aldeias e fora delas.

A invisibilidade pública não está sujeita somente aos catadores, mas a grande maioria das pessoas que realizam trabalhos subalternos e que não são notados pela sociedade. Questões de inferiorização, que causam processos de humilhação social, fazendo com que não se sinta à vontade estando no mesmo lugar que pessoas que são mais valorizadas pela sociedade, sendo definido pelo possuir.

Esse processo, conforme discutimos no trabalho, está ligado a exclusão social em algumas de suas dimensões, seja ela histórica, social, econômica, espacial, de representação social, política, cultural. Apresentamos algumas delas as quais compreendemos interferir diretamente com a situação de vir-a-ser catador.

A ruptura econômica, que se dá através da exclusão do mercado de trabalho formal, é uma das principais causas para que se iniciem outras rupturas em âmbitos sociais e também afetivos. O sujeito pode desenvolver uma série de não relações com a sociedade o que caracterizaria como o extremo da exclusão.

Embora, constatamos em nosso trabalho, que a maioria dos associados da AGEOLD nem sequer conseguiram adentrar a esse mercado. Portanto, estão excluídos

das oportunidades. Trabalhadores que já estavam na informalidade e que tendem a continuar. Pois, quando questionados se frequentou ou frequenta curso profissionalizante, somente dois dos doze responderam que pretendem fazer. Se analisarmos o grau de escolaridade encontraremos onze associados com ensino fundamental incompleto e apenas uma com ensino médio completo. Escolaridade que não os possibilitam competir em igualdade com grande parte da sociedade por empregos ou melhores trabalhos.

Outra questão importante é sobre a vontade de permanecer ou não na associação. A maioria diz estar lá por acreditar no crescimento/desenvolvimento da mesma. Não pensam em sair para outros trabalhos. Dois dos associados disseram que é um trabalho temporário e que continuam em busca de melhores condições de salário e de trabalho.

Talvez por receios em falar sobre a associação, relataram o pensamento de permanência, mas quando questionados sobre a estrutura e as formas de trabalho todos apontaram apenas o lado negativo. A busca por melhorias na segurança do trabalho, na infraestrutura do barracão e no salário esteve presente no discurso de todos.

O discurso dos associados não condiz com a realidade da AGEKOLD se analisarmos os dados de Melo (2012) e os dados coletados em 2015, sobre a rotatividade dos trabalhadores. Temos a grande maioria com alguns meses de participação na associação. Em 2012, quando a autora fez o estudo, o número de mulheres era maior que o de homens. Atualmente ocorre o contrário. O que permanece é o grau de instrução dos trabalhadores, baixa escolaridade e nenhuma especialização.

A informalidade não é sinônimo de precariedade. Contudo, nesse caso específico, ela contribui para acentuar a exploração no trabalho. Aquilo que é mal organizado, mal pago, precário. Que não podemos entender como trabalho digno, na medida em que, não nos imaginados desempenhando a mesma função.

Nesse sentido, o trabalho que invisibiliza somente tem maior aceitação social para as pessoas que não desempenham função de trabalho algum. Esses são os vagabundos, vadios, marginais, bandidos segundo o julgamento da sociedade. Dessa forma concluímos que o sujeito para ser aceito na sociedade deve trabalhar, mas não em qualquer tipo de trabalho, tendo que estar nos moldes da aceitação. E mais excluído ainda estão os sem trabalho.

Entendemos também que a AGEKOLD, através de políticas que visem o seu desenvolvimento, tende a oferecer melhores condições de trabalho e salários aos

associados e inserido outros, uma vez que, a situação em que se encontra atualmente não pode ser considerado como trabalho digno.

A dificuldade do trabalho esteve em fazer um primeiro contato com os catadores. Sair do seu lugar de conforto para conhecer o espaço do outro, diferente e desconhecido é, ao mesmo tempo, curioso e complexo. O receio em saber o que seria dito, pois a reação depende muito do momento emocional, me deixava apreensivo. É o medo de conhecer o outro e de que forma esse outro vai reagir ao eu.

Experiências únicas. Conhecer a AGECOLD e poder aprender com eles as dificuldades presentes no trabalho e tentarmos pensar em soluções para um futuro próximo é algo, ao mesmo tempo, triste e esperançoso, pois um projeto que englobe toda a cidade no programa de coleta de seletiva e um espaço maior com melhores condições de trabalho ajudaria e muito os trabalhadores da associação.

Trabalhar na perspectiva de exclusão e invisibilidade é uma forma de tornar os excluídos visíveis. Dar visibilidade àqueles que estão ali, mas não estão. Sua presença física não é sentida socialmente. Ser notado não é sinônimo de ser visto e sim de ser enxergado.

Com isso concluímos que nosso trabalho contribui na discussão de alguns problemas graves em nossa sociedade sobre as informalidades e precariedades do trabalho, as invisibilidades e exclusão de trabalhadores que vivem na subalternidade através da catação de materiais recicláveis.

Por fim, cabe salientar que os resultados obtidos abrem um leque de discussões para que mais trabalhos venham a contribuir com a temática, principalmente sobre pessoas que são tornadas invisíveis. É um trabalho sempre inacabado, um não todo, que estará sempre se reconstituindo com novos processos de experiências e debates.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. Vida líquida; tradução Carlos Alberto Medeiros. – 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____, Zygmunt. Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi; tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2005.

BERNADELLI, M. L. F. H; CALIXTO, M. J. M. S; MATUSHIMA, M. K. Os papéis da cidade de Dourados na rede urbana Sulmatogrossense. 2010.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. RBCS Vol. 23 n.o 67 junho/2008.

BOURDIEU, Pierre. *La reproduction*. Éléments pour unethéorie du systèmed'enseignement. Paris, Éd. de Minuit, 1970 (avec J. -C. Passeron). (Trad. Portuguesa: A Reprodução. Vega, 1983)

_____, Pierre. O Poder Simbólico. Tradução Fernando Tomas. 12. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BUARQUE, Cristovam. O que é apartação: o apartheid social no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CANTÓIA, S. F. trabalho nas cooperativas de materiais recicláveis: entre a teoria e a prática. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. especial, 31 julho 2011.

CARVALHO, I. C. M. **Horizontes antropológicos**. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. Porto Alegre, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição Imaginária da Sociedade**. 5 ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, Fernando Braga. Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis: um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas**. Tese. São Paulo: USP- Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2008.

COSTA, A. B. Exclusões Sociais. Lisboa: Gradiva, 1998.

COSTA, W. B. CHAVES, M. R. **Informalidade e precarização do trabalho de catação de materiais recicláveis no Brasil**: Pontos para debate. 2012.

CUNHA, M. R. R. L. Eu vivo do lixo: a identidade dos catadores de materiais recicláveis de Goiânia. Trabalho publicado em Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. 2010, Londrina, UEL.

DEMO, P. Charme da Exclusão Social – 2. Ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

ELIAS, N. SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders. Tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Tradução de Alexandre Pomar. Porto. Paisagem. 1975.

FERRAZ, Cláudio Benito O. Entre-Lugar: apresentação. IN: Revista **Entre-Lugar**. P. 15-31. 2010. N°1.

GALDINO, S. J; MALYSZ, S. T. Catadores de Materiais Recicláveis e Coletores do Município de Mamborê-PR: agentes fundamentais no processo de gerenciamento dos resíduos sólidosurbanos. 2012.

GOETTERT, Jones Dari. Aos “vadios” o trabalho: considerações em torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. IN: GONÇALVES, M. A. ; SPOSITO, E. S. (orgs.) Fetiche do Estado e regulamentação do conflito capital trabalho. Revista Formação – edição especial – n. 13 v.2, 2002.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução, Mathias Lambert, 2004.

GONÇALVES FILHO, J. M. Em uma de suas orientações a Fernando Braga da Costa. IN: COSTA, Fernando Braga. Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo**. Presidente Prudente [s.n]. 2006.Tese. (Doutorado em Geografia).

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.).**Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 169-190.

_____. Território, cultura, des-territorialização. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (orgs.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15. Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

JODELET, Denise. *Représentations sociales: un domaine en expansion*. In D. Jodelet (Ed.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves-Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993.

LESBAUPIN, I. Poder Local x Exclusão Social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2000.

MARTINS, J. S. Exclusão Social e a nova desigualdade. São Paulo: editora Paulus, 1997.

MEDEIROS, L.F.R.; MACEDO, K.B. “Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?” *Psicologia & Sociedade*; 18 (2): 62-71; mai./ago. 2006.

MELO, D. F. A Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados – MS e a Coleta Seletiva dos Resíduos Recicláveis. Relatório de Iniciação Científica apresentado ao CNPq, Nova Andradina, 2012.

MENNEL. S. Nota introdutória. IN: ELIAS, N. SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders. Tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MIURA, P. O. C. *Tornar-se catador: uma análise psicossocial*. Dissertação de Mestrado, Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2004.

MIURA, P. O. & SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. *Psicologia & Sociedade*, 25(2). 331-341, 2013.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NASCIMENTO, E. P. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. 1994.

NEIBURG, F. A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. IN: ELIAS, N. SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders. Tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

RODRIGUES, I. D; THOMAZ Jr. A. T. Informalidade e precarização do trabalho em Presidente Prudente: a atividade dos camelôs em questão. 2005. Artigo publicado na Revista Pegada. Vol. 6, n. 1.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2012.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. HUCITEC. São Paulo 1998.

SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. – 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 2008.

SANTOS, G. O; SILVA, L. F. F. Os significados do lixo para garis e catadores de Fortaleza (CE, Brasil). 2011.

SAWAIA, B. As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes, 2001.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. IN: SILVA, T. T. (orgs.) Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15. Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

SILVA, R. F. S. Gentes invisíveis em Dourados: processos de identificação/diferenciação em trajetórias individuais de catadores de origem nordestina. Trabalho publicado no Encontro Nacional de Geógrafos em Porto Alegre, RS, 2010.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. IN: ARANTES, A. A. (orgs.) O espaço da diferença. Campinas, SP; Papius, 2000.

SOUTO, J. V; MELO, J. A; TAVARES, M. A. CATADORES DE LIXO: trabalho informal que nutre a produção formal. 2012.

SPOSATI, A. Mapa da exclusão social abaixo da linha do equador. PUC/SP, 1998.


VIEIRA, Alexandre B, FURINI, Luciano A., NUNES, Marcelo, LIBÓRIO, Renata M.C. Exclusão social: a formação de um conceito. IN. MELAZZO, Everaldo S. e GUIMARÃES, Rual B. (orgs.) Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. P.33-58

_____, O lugar de cada um: indicadores de desigualdades intraurbana. – Presidente Prudente: [s.n.], 2005.

WOORDDWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, T. T. (orgs.) Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15. Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

ANEXO

Questionário aplicado aos associados da AGECOLD:

	CATADORES DE RECICLÁVEIS: PROCESSOS DE IDENTIDADE, INVISIBILIDADE E EXCLUSÃO EM DOURADOS - MS
---	--

Entrevistado: _____

A - IDENTIFICAÇÃO

1. SEXO: masculino feminino
2. ESTADO CIVIL: solteiro casado viúvo
 desquitado outros Qual? _____
3. FAIXA ETÁRIA: 18 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos
 51 a 60 anos mais de 60 anos
4. ORIGEM:
 Dourados Migrante. De Onde? _____ Quando chegou em Dourados e Porque?

B- ESCOLARIDADE

5. GRAU DE ESCOLARIDADE:
 Analfabeto Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental completo
 Ensino médio incompleto Ensino médio completo
6. FREQUENTA O PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO ?
 sim não
Por quê?
7. FREQUENTOU CURSO(S) PROFISSIONALIZANTE(S)?
 sim – Qual(is)?__
 não

C- FAMÍLIA E CONDIÇÕES DE MORADIA

8. MORA EM: Casa própria alugada cedida
 com parentes
9. QUANTAS PESSOAS MORAM NA CASA: (_____)

D – CONDIÇÕES DE TRABALHO

10. HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ NA AGEKOLD?

() desde a formação inicial () anos e meses

11. Como teve conhecimento sobre a AGEKOLD?

12. QUAL SUA OCUPAÇÃO ANTES DE ENTRAR NA AGEKOLD?

() trabalhava no lixão () não trabalhava

() outro Qual? _____

() com carteira () sem carteira

13. QUAIS SEUS DIAS DA SEMANA E HORÁRIO DE TRABALHO NA AGEKOLD?

() segunda-feira a sexta-feira () segunda-feira a sábado () dias alternados Quais?

Das ____ às ____ e Das ____ às ____

14. QUAL(IS) SUA(S) ATIVIDADES(S) NA AGEKOLD?

15. VOCÊ TEM ALGUMA ATIVIDADE FORA DA AGEKOLD?

() sim – Qual(is)? _____

() não

D – AVALIAÇÃO

16. VOCÊ TEM ALGUM COMPLEMENTO NA SUA RENDA MENSAL? RECEBE ALGUM BENEFÍCIO

() sim () não

Caso sim:

() cesta básica () transporte () benefício do governo

Qual(is)? _____

17. VOCÊ ENFRENTA DIFICULDADES NA AGEKOLD?

() sim () não

Caso sim:

() de relacionamento () horário de trabalho () do exercício da função

() de gerência () outros:

18. O QUE FAZ COM QUE VOCÊ PERMANEÇA NA AGEKOLD?

() Falta de outra atividade remunerada () Gosta de trabalhar em grupo

acredita no crescimento da cooperativa outros

19. QUAL A IMPORTÂNCIA DA AGEKOLD EM SUA VIDA?

20. EM SUA OPINIÃO OS MORADORES DE DOURADOS CONHECEM A AGEKOLD?

sim não

21. COMO VC ACHA QUE AS PESSOAS VÊM A AGEKOLD E SUA FUNÇÃO?

22. VOCÊ FAZ O DESCARTE SELETIVO DE RESÍDUOS EM CASA?

sim não – Por que?